



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ARIADNE CRISTINA SUZUKI DE LIMA

**LEVANTAMENTO DAS POSSÍVEIS VARIÁVEIS
ENVOLVIDAS NO COMPORTAMENTO DE ABUSAR
SEXUALMENTE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Londrina
2016

ARIADNE CRISTINA SUZUKI DE LIMA

**LEVANTAMENTO DAS POSSÍVEIS VARIÁVEIS
ENVOLVIDAS NO COMPORTAMENTO DE ABUSAR
SEXUALMENTE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Orientador: Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo.

Londrina
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Lima, Ariadne Cristina Suzuki.

Levantamento das possíveis variáveis envolvidas no comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes / Ariadne Cristina Suzuki Lima. - Londrina, 2016.
103 f.

Orientador: Alex Eduardo Gallo.

Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Abuso sexual. - Tese. 2. Crianças e adolescentes. - Tese. 3. Comportamento. - Tese. 4. variáveis - Tese. I. Gallo, Alex Eduardo. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

ARIADNE CRISTINA SUZUKI DE LIMA

**LEVANTAMENTO DAS POSSÍVEIS VARIÁVEIS
ENVOLVIDAS NO COMPORTAMENTO DE ABUSAR
SEXUALMENTE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^ª. Dr^ª. Maria da Graça Saldanha Padilha
Universidade Tuiuti do Paraná - UTP

Prof^ª. Dr^ª. Daniela Di Giorgi Schneider Bakos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 26 de Agosto de 2016

Dedico este trabalho à minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

Existem tantas pessoas que fazem parte da construção desse trabalho e dessa conquista que possivelmente alguns nomes possam ficar para trás, vou fazer um esforço, mas desculpe aqueles que não foram citados.

Agradeço à minha origem, minha família, por todo apoio, e, principalmente, por todo o repertório desenvolvido que me possibilitou chegar até aqui. Meus pais, Alice e Edênio que amo imensamente, pelos valores desenvolvidos, por me construir não como uma princesa, mas como uma mulher forte; meus irmãos, que tanto amo, cada um com seu jeito, Ed meu irmão mais velho que é fonte de inspiração no caminho do conhecimento, com tantas discussões teóricas, cotidianas e filosóficas (perdoem-me os filósofos), e que me ajudaram a formular toda uma série de pensamentos, que com certeza fazem parte desse trabalho; ao caçula, Petrie, que talvez não saiba, mas por muitas vezes me transmitiu uma série de valores e me acalmou em momentos cruciais.

Ao meu orientador, Alex Eduardo Gallo, que não se constitui apenas como um orientador, mas como um amigo, por sua paciência em meus “surto” de “não sei o que fazer”, por todo repertório modelado, me fez também muito forte, por me encorajar quando eu achava que não ficaria bom, por me acalmar em outros tantos momentos de surto, saiba que adoro seu jeito de conduzir as coisas, por todos os anos, desde a graduação. Quantas coisas se passaram, quantas aprendizagens, espero te ter por perto por muito tempo.

A todos os professores da graduação e do mestrado, pela bonita forma de ensinar, pelo conhecimento transmitido, sem eles esse conhecimento não seria possível. Também a todos os professores dos anos anteriores, que de alguma forma plantaram a sementinha da curiosidade, da investigação e do conhecimento.

Em especial, as professoras, Maria da Graça Saldanha Padilha e Daniela Di Giorgi Schneider Bakos, que aceitaram compor a banca de qualificação e defesa, e que ajudaram, não só com as correções e seus pareceres, mas também na construção do conhecimento, me ajudaram a crescer e problematizar o assunto de forma enriquecedora.

Uma pessoa que se mostrou essencial ao longo do trabalho, foi minha querida Lilian Fernandes, psicóloga da instituição onde a pesquisa foi realizada. Lilian, obrigada pela pessoa maravilhosa que se mostrou, que não só abriu as portas de sua instituição, mas também ajudou na construção do próprio material de pesquisa, apoiou, advertiu, ensinou, foi amiga e uma fonte de inspiração. Se o mundo fosse feito de psicólogos

como você, que realmente trabalham com ética e dedicação, e que fossem pessoas doces, todo dia, oferecendo alegria e uma xícara de chá, pode ter certeza que tudo seria bem melhor.

Agradeço também aos diretores da penitenciária, que logo de cara aceitaram o desafio da pesquisa, aos agentes que me acompanhavam todos os dias, cada um com seu jeito, uns muito sorridentes, outros tão cansados, mas todos prestaram seu devido apoio, de sua própria maneira, bem como todos aqueles que aceitaram e propiciaram o desenvolvimento da pesquisa.

Aos amigos que ajudaram na construção real da dissertação, ajudando na escrita e desenvolvimento da pesquisa. A Talita Machado Vieira, minha querida Tatazinha, que tanto me apoiou, me acompanhou nas entrevistas, revisou, fez tanto por mim, obrigada por sua parceria acadêmica e sua parceria de vida, a quem eu tanto admiro como pessoa e profissional, por sua inteligência e sensibilidade. Ao Leandro Herkert Fazzano, meu pai Leco, que me adotou na faculdade, ajudou na construção do primeiro artigo, me ajudou em alguns sofrimentos do mestrado, que se mostra disposto a ajudar e fazer rir, em qualquer encontro de esquina... e que aquele artigo um dia saia, não é? A Dalila Carmo, minha querida amiga, desde os primeiros dias de graduação até o presente momento no mestrado, amiga que me ensinou a ser um pouco mais detalhista, mais cuidadosa, e uma pessoa melhor, amiga que a gente carrega para sempre. A querida Denyane Tadayozzi, minha amiga e companheira de clínica, que tanto me apoiou e que fui conhecer mais depois da graduação, agradeço por enfim ter te conhecido, amiga, pela ajuda no fechamento desse trabalho, pelos conselhos, pela doçura, pelos momentos pós firma!

A todos os outros amigos que ajudaram de maneira indireta ou direta na construção desse trabalho. Aos amigos de graduação Giovana, Simone, Gisa, Dú, Andrea e Eliane que foram importantes na formação, continuam no coração, alguns distantes, outros ainda presentes. Aos amigos e companheiros do peito, Henrique Fedichima, que apoiou e deu força em continuar, não desistir e não me acomodar, as minhas amigas do “fut”, Tayla, Fer, Su, Aninha, que ainda marcam presença, apoiam, aconselham e me fazem crescer a cada dia. A minha querida amiga Amanda Moraes, a quem admiro profundamente, que vem, desde o primeiro “filhote” da graduação, fez parte do “fut” e que ainda faz presença em minha vida, em todos os sentidos. Aos amigos de mestrado Iury e Vitor, e todos os demais que fizeram parte cada um à sua maneira. A minha amiga de graduação e profissão, Angélica Polvani, que ainda hoje me ajuda na caminhada do conhecimento e da vida.

A todos os demais familiares e amigos que de alguma forma fizeram parte da minha vida e construção dos meus valores.

*“Minhas invenções são frutos de 1% de inspiração
e 99% de transpiração.”*

Thomas Edson (1847-1931)

*“Não considere nenhuma prática como mutável.
Mude e esteja pronto a mudar novamente.
Não aceite verdade eterna. Experimente.”*

Skinner (1969)

LIMA, Ariadne Cristina Suzuki. **Levantamento das possíveis variáveis envolvidas no comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes**. 2016. 103f. Dissertação (Pós-graduação em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RESUMO

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é uma das formas mais cruéis de violência, sendo que os números denunciados refletem uma parcela muito inferior ao número real de casos. O comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes é um tema complexo que deixa marcas profundas na vida da vítima, que podem ser carregadas por toda sua vida. A presente dissertação foi dividida em dois artigos que tinham como objetivo discutir a possibilidade de análise do fenômeno a partir dos pressupostos da Análise do Comportamento, as possíveis contribuições desta perspectiva, bem como levantar as possíveis variáveis envolvidas no comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes, seu desenvolvimento e manutenção. No primeiro artigo foi realizada uma discussão sobre o comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes, dentro dos pressupostos da Análise do Comportamento; já no segundo artigo foi realizada uma entrevista semiestruturada, com indivíduos que estão presos e foram condenados por terem violado o artigo 217A do Código Penal. A discussão propiciou identificar o comportamento em questão, dentro da teoria da Análise do Comportamento, que apresenta ferramentas válidas para o entendimento do fenômeno. As entrevistas apresentaram variáveis em comum na vida desses indivíduos, como infância negligenciada, presença de violência na infância, o que não possibilita o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais. Esses dados vão ao encontro da literatura pesquisada sobre o assunto, no entanto, esse problema ainda carece de mais pesquisas para o desenvolvimento de projetos de intervenção e prevenção, principalmente em âmbito nacional.

Palavras-chaves: Abuso sexual. Crianças e adolescentes. Comportamento. Variáveis.

LIMA, Ariadne Cristina Suzuki. **Survey of possible variables related to sexual abuse of child and adolescents.** 2016. 103p. Dissertation (Post-graduation on Behavior Analysis) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ABSTRACT

Child and adolescent sexual abuse is one of the cruelest forms of violence and the number of reported cases reflects a small number of real cases. Sexual abusing is a complex behavior that profoundly marks the life of victims, perhaps for life span. This master thesis is divided into two papers aiming at discussing the phenomenon by behavior analysis approach, its contribution and surveying possible variables related to sexually abusing children and adolescents, its development and maintenance. The first paper presents a discussion of sexually abusing children and adolescents by behavior analysis approach and the second paper presents semi-structured interview with condemned abusers based on 217A criminal code article. Discussion identified the abusing behavior inside the behavior analysis approach that have valid tools for understanding the phenomenon. Interview presented common variables during the life of abusers as neglected childhood, violence, what disturbed the development of prosocial behaviors. These data confirm specialized literature; however, we need more studies of this problem for development of intervention and prevention programs, mainly nationwide.

Keywords: Sexual abuse. Children and adolescents. Behavior. Variables.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
ARTIGO 1 - UMA DISCUSSÃO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL SOBRE O ABUSADOR SEXUAL INFANTOJUVENIL	13
INTRODUÇÃO	16
A Complexidade do Comportamento Humano	19
O Modelo de Causalidade da Análise do Comportamento.....	22
O Comportamento Operante.....	25
Discussão	33
Considerações Finais	38
Referências	40
ARTIGO 2 - LEVANTAMENTO DAS POSSÍVEIS VARIÁVEIS ENVOLVIDAS NO COMPORTAMENTO DE ABUSAR SEXUALMENTE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	45
INTRODUÇÃO	48
O Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes	52
As Variáveis Envolvidas no Comportamento de Abusar Sexualmente de Crianças e Adolescentes.....	54
Método	60
Participantes	60
Local	60
Procedimento	60
Instrumentos	63
Delineamento	63
Análise dos dados	64
Resultados	65
Discussão	73
Considerações Finais	87
Referências	90

APÊNDICES	97
APÊNDICE A - Protocolo de Entrevista Semiestruturada	98
APÊNDICE B - Termo de Confidencialidade e Sigilo.....	101
APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	102

APRESENTAÇÃO

O abuso sexual de crianças e adolescentes é um comportamento de grande impacto social, que afeta a vida de muitas pessoas e que traz uma série de danos para a vida da vítima. Tendo em vista a complexidade e gravidade do problema, este trabalho irá discutir o comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes.

Este trabalho é apresentado de acordo com o modelo proposto pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), o qual prevê a apresentação da dissertação sob a forma de artigos científicos. O trabalho num todo conta com a apresentação de dois artigos, sendo que o artigo 1, intitulado “Uma discussão analítico comportamental sobre o abusador sexual infantojuvenil” discutiu o comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes, sob a perspectiva da Análise do Comportamento. Por sua vez, o artigo 2 consiste na apresentação da pesquisa que buscou levantar as possíveis variáveis envolvidas no comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes, neste trabalho, foram realizadas entrevistas com alguns dos detentos presos por esses crimes.

A dissertação como um todo buscou discutir a respeito do comportamento do abusador sob a perspectiva da Análise do Comportamento, em que comportamentos são desenvolvidos e mantidos por consequências, visando assim, quebrar alguns estereótipos relacionados ao abusador, bem como fomentar a discussão a esse respeito, possibilitando-se pensar em novas estratégias de prevenção e intervenção para o problema.

ARTIGO 1

**UMA DISCUSSÃO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL SOBRE O
ABUSADOR SEXUAL INFANTOJUVENIL**

Ariadne Cristina Suzuki de Lima e Alex Eduardo Gallo

Universidade Estadual de Londrina

Resumo

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é uma das formas mais cruéis de violência, sendo que os números denunciados refletem uma parcela muito inferior ao número real de casos. O comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes é um tema complexo que deixa marcas profundas na vida da vítima, e que podem ser carregadas por toda sua vida. O objetivo do presente trabalho é discutir a possibilidade de análise do fenômeno a partir dos pressupostos da Análise do Comportamento, bem como as possíveis contribuições desta perspectiva. Entender o abuso sexual infantojuvenil como qualquer outro comportamento humano, significa que o mesmo é determinado por três histórias de variação e seleção, sendo elas a história filogenética, ontogenética e cultural, modelo que recebe o nome de seleção por consequências. Nesse modelo, os comportamentos não são “causados” por eventos únicos e necessários, mas são selecionados por suas consequências. Identificar quais as contingências relacionadas ao comportamento em questão, entre elas, quais características em comum entre abusadores e as variáveis culturais relacionadas ao abuso, possibilita o desenvolvimento de estratégias mais seguras de prevenção dos casos de abuso e possíveis estratégias de intervenção com o abusador. Os resultados demonstram uma cultura que dá margens para o abuso, seja incentivando ou popularizando a ideia da sexualização de indivíduos em desenvolvimento. Essas características culturais, que perpassam a história de vida dos indivíduos, desenvolvem noções equivocadas sobre o que é certo e errado em relação à manutenção e desenvolvimento de comportamentos ligados ao abuso sexual de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Análise do Comportamento. Abuso sexual infantojuvenil. Crianças e adolescentes.

Abstract

Child and adolescent sexual abuse is one of the cruelest forms of violence and the number of reported cases reflects a small number of real cases. Sexual abusing is a complex behavior that profoundly marks the life of victims, perhaps for life span. This paper aimed at discussing the possibility of analyzing the phenomenon using behavior analysis approach as well as its contribution. Understanding child sexual abuse as any other human behavior means it is determined by three histories of variation and selection, being phylogenetic, ontogenetic and cultural model of selection by its consequence. Searching and identifying contingencies related to abusing behavior as common characteristics and cultural variables make possible the development of safer strategies for prevention and intervention. The results show a culture that marginalizes for abuse are encouraging and popularizing the idea of developing sexualization individuals. These cultural characteristics that pervade the history of life of individuals develop relationships equivocal about what is right and wrong in relation to maintenance and development behaviors related to sexual abuse of children and adolescents.

Key-words: Behavior analysis. Child sexual abuse. Children and adolescents.

INTRODUÇÃO

O abuso sexual de crianças e adolescentes é um tipo de violência que afeta um grande número de vítimas. Segundo o Portal Brasil (2012), no Brasil, a violência sexual contra crianças na faixa etária de 0 a 15 anos ocupa o segundo lugar das violências cometidas contra essa população. Martins (2008) realizou um estudo sobre os dados da violência no município de Londrina no Paraná, e verificou que o número de notificações de casos de violência sexual contra menores de 15 anos foi de 120 casos em 2002, e 186 em 2006, sendo que a população estimada de Londrina nesses anos era, respectivamente, de 460.909 e 495.656 habitantes, segundo portal da Prefeitura de Londrina¹.

É importante salientar que o número de denúncias seja provavelmente menor que o número de casos de abuso, para Ribeiro, Ferriani e Reis (2004), isso ocorre devido a uma série de fatores como medo, problemas relacionados à falta de credibilidade do sistema legal de justiça e o silêncio do cúmplice. Para Williams (2002), além do tabu que envolve o assunto, a vítima é silenciada, pois sofre de estigmatização e ameaça do agressor para que não se revele o fato. Furniss (1991/1993) discute também a Síndrome do Segredo, situação em que o segredo do abuso é mantido devido a uma série de fatores, dentre eles coerção psicológica, negação, falta de credibilidade na criança, e será melhor descrita na sessão sobre o comportamento operante, em que será discutido as variáveis relacionadas ao abuso.

Tendo em vista esta variação entre o número de casos reais e de denúncias, Sas e Cunningham (1995), apresentaram um modelo hipotético que descreve qual seria a porcentagem de casos de abuso que chegariam a algum tipo de condenação. Segundo esses autores canadenses, pensando um número hipotético ótimo, de um número total de 100% de casos de abuso, 50% seriam denunciados à polícia. Essa estimativa é baseada em pesquisas de inquéritos com vítimas no Canadá, podendo ser uma superestimação do

¹ Portal da Prefeitura de Londrina. Disponível em http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=163&Itemid=66. Acesso em 6 nov, 2013.

número real de denúncias. Do total de 50%, 30% seriam arquivadas, 15% receberiam alguma condenação, mas devido ao número de recursos, apenas 6% do número de abusadores seriam presos. Williams (2002) acredita que esse número possa ser ainda pior no Brasil, sendo estimado que o número de condenação e encarceramento seja por volta de 1% a 3% dos casos, tendo em vista as diferenças socioeconômicas, lentidão do sistema de justiça, entre outras características.

Em relação ao estupro (não delimitado ao abuso contra crianças e adolescentes), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2014) realizou uma pesquisa com questionário em que continham questões sobre violência sexual, assim, associado ao número de notificações e denúncias à polícia, foi estimada um total de 10% do número de denúncias em relação aos casos ocorridos.

A proporção real de casos, em relação ao número de denúncias será sempre variada e de difícil identificação. Quanto mais casos de abusos forem punidos, a depender do desenvolvimento de um bom e rápido sistema de justiça, sistema de identificação e avaliação do abuso, bem com profissionais treinados, sistema de apoio à criança e ao adolescente e mais informações sobre o abuso para as crianças e familiares, maior a probabilidade de não só diminuir o número de casos, como também o sistema de segredo em volta do abuso.

Na Cartilha de Orientação para o Combate ao Abuso Sexual de Menores, da Promotoria de Justiça da Infância e Adolescência, Cordeiro (2006) aponta que as consequências do abuso sobre esta população são variadas, podendo ou não apresentar sintomas que sinalizem a sua ocorrência. Os sintomas, quando presentes, podem envolver problemas físicos, emocionais e sociais, e os danos oriundos deste fenômeno podem acompanhar a vítima ao longo de sua vida, acarretando uma série de prejuízos para a mesma.

O abuso pode incluir uma série de comportamentos emitidos por um adulto para obter gratificação sexual. Estes comportamentos são o voyeurismo, exibicionismo, carícias, até o ato sexual (sexo oral, anal e vaginal). Conforme Cordeiro (2006), o abuso sexual contra crianças e adolescentes ocorre em situação na qual “indivíduos em formação são usados para gratificação sexual de pessoas geralmente mais velhas, em um estágio de desenvolvimento psicosexual mais adiantado” (p. 3).

Segundo Haugaard (2000), não existe um consenso quanto à definição de abuso sexual infantojuvenil, e as definições muito amplas podem gerar superestimação dos casos de abuso, enquanto que definições restritas podem subestimar os casos. Padilha (2007) destaca que, mais que uma agressão sexual, tal forma de abuso é uma agressão psicológica, e as consequências desse comportamento, para a vítima, devem ser levadas em consideração. Eisenstein (2004) define o abuso sexual como:

Qualquer ato ou contato sexual de adultos com crianças ou adolescentes, com ou sem o uso de força ou violência, que pode ocorrer num único ou em vários episódios, de curta ou longa duração, e que resulta em danos para a saúde, a sobrevivência ou a dignidade da vítima.(...) pode se manifestar através de maus tratos, exploração sexual ou comercial, molestamento, exibicionismos, manipulação, masturbação, estupro, contatos orogenitais, inserção de objetos ou penetração vaginal ou retal, quando a vítima é forçada por medo, ameaças ou violência física. (p.26)

Para a elaboração do presente trabalho, foram adotados procedimentos de busca por artigos científicos, utilizando as seguintes palavras-chave: *child sexual abuser, pedophile, pedophilia, child abuse, characteristics, rapist, profile*; sem combinação de palavras, tendo em vista a combinação de palavras não ter possibilitado uma busca satisfatória. Essa busca simples resultou num total de 984 artigos, dos quais apenas 19

foram recuperados. A análise para recuperação dos artigos era feita inicialmente apenas pelo título do artigo, e em seguida pela leitura dos resumos, daqueles artigos que fomentassem a discussão do assunto.

Para a composição do texto, buscou-se construir uma explicação sistematizada sobre alguns conceitos da Análise do Comportamento que possibilitassem a discussão do tema. O objetivo, portanto, foi investigar como o fenômeno do abuso sexual infantil pode ser compreendido dentro dos pressupostos da Análise do Comportamento, e quais as possíveis contribuições desta perspectiva.

A Complexidade do Comportamento Humano

Apesar de estarmos falando de comportamento no singular, o abuso sexual nomeia uma classe de comportamentos que descreve o contato sexual por meio do uso de algum tipo de poder, seja da hierarquia que se estabelece nas relações (professor e aluno, pai e filho, padrasto e enteado), do poder psicológico por meio de chantagem e coerção psicológica e/ou do uso de poder físico (Associação Brasileira multiprofissional de Proteção à Infância e da Adolescência [ABRAPIA], 2002; Baptista, França, Costa, & Brito, 2008).

Além dos inúmeros comportamentos que podem estar envolvidas no abuso, o comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes estabelece uma teia de funções entrelaçadas, envolvidas em sua manutenção. Segundo Lowe (1979), o comportamento humano apresenta uma série de diferentes variáveis na determinação dos comportamentos, como, por exemplo: instruções verbais, autoinstruções, história complexa de condicionamento e modelação. Isso pode dificultar o processo de identificação das possíveis variáveis que influenciam esses comportamentos.

Dos estudos encontrados sobre o abuso sexual infantojuvenil, uma parcela trata das causas orgânicas do indivíduo que apresente esses comportamentos, como: diferença de

estrutura cerebral, problemas endocrinológicos, problemas mentais associados, abuso de álcool e drogas associados (e.g. Hughes, 2007; Leonore & Simon, 2000; Malón, 2012; Poepl et al., 2013). Outra parcela dos estudos relacionados ao comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes é tratá-lo como sinônimo de pedofilia. Quando falamos de pedofilia, estamos falando de um transtorno mental, descrito no Manual de Doenças Mentais - DSM V (American Psychiatric Association, 2013). Para o diagnóstico de pedofilia, ou Transtorno Pedofílico, o indivíduo precisa apresentar desejos recorrentes por pré-púberes, por um período superior a seis meses, sem a necessidade de apresentar comportamentos de abuso sexual, e ter pelo menos 16 anos e uma diferença de cinco anos com a vítima ou indivíduo pelo qual tem esse desejo. Assim, um pedófilo não é, necessariamente, um abusador e o abusador nem sempre apresenta o diagnóstico para pedofilia. Dessa forma, podemos considerar que apenas uma parcela daqueles indivíduos que foram condenados por cometerem abusos contra crianças e adolescentes preenchem os critérios de diagnóstico para pedofilia. Baltiere (2005) investigou uma amostra de abusadores sexuais de crianças, adolescentes e adultos e encontrou diagnóstico de pedofilia para 20% dos abusadores de crianças (n=101), e apenas 3,5% dos abusadores de adolescentes (n=56) e nenhum abusador de adultos preencheu o diagnóstico (n=41). Além disso, Curtin e Niveau (1998) relatam que dois terços dos agressores sexuais não tem histórico de problemas psiquiátricos.

A diferenciação entre o abusador e o pedófilo faz-se importante, pois, como uma doença, a pedofilia exige tratamento, já aqueles indivíduos que abusaram de crianças, mas que não apresentam a doença, possivelmente tiveram outros fatores relacionados ao ato que não a parafilia. O DSM-V começa a abrir margens para essa distinção, quando fala que para ser considerado um pedófilo, o indivíduo pode negar ou assumir seus desejos, mas que, aquele indivíduo que tem certa inclinação a desejos por crianças, mas que não

tem sua vida afetada por seus desejos, conseguindo assim controlar seus impulsos, não é considerado pedófilo, mas possui uma “Orientação Pedofílica”.

Para a Análise do Comportamento, no estudo dos comportamentos, deve-se considerar a influência de aspectos orgânicos e dos aspectos ambientais sobre o desenvolvimento e manutenção dos comportamentos (Skinner, 1953/2003). Assim, a despeito de um indivíduo apresentar desejos recorrentes ou não por crianças e adolescentes, um ambiente que propicie mais consequências reforçadoras que aversivas em relação ao abuso pode ter papel fundamental na manutenção desses comportamentos.

Segundo a abordagem citada, é importante entender as relações de dependência entre eventos, denominadas “contingências”, e assim, verificar as relações antecedentes e consequentes de um comportamento (Meyer, 2003). Um passo fundamental para se entender um fenômeno comportamental, dentro dos preceitos teóricos desta ciência é buscar identificar as relações entre eventos, dentre os quais, antecedentes e consequências. Portanto, se faz necessária uma rápida explanação sobre o comportamento e noção de causalidade nesta abordagem, como será explicado em sessão posterior.

Um “comportamento problema” pode ser compreendido como aquele que, de alguma forma, vai contra as “normas da sociedade” ou dos comportamentos “socialmente aceitáveis”. Segundo Gongora (2003), todos os comportamentos, independente de como são vistos pela sociedade, passam pelos mesmos processos de aprendizagem. O que vai determinar se eles são “aceitos ou não”, ou se podem ser considerados “problemas”, depende do julgamento ou avaliação social de uma dada cultura.

Em muitas culturas, a relação sexual com crianças e adolescentes é ou já foi considerada normal, como por exemplo, na Grécia, por exemplo, a relação com meninos (denominados “efebos”) que acompanhavam os veteranos nas milícias, e em troca, dormiam com eles, e os satisfiziam sexualmente. Em Roma, os “efebos” eram chamados

de “concubinini”, e serviam como escravos sexuais para o senhorio. O próprio termo “Pedofilia” tem origem do Grego, e significa “amor por crianças”, significado bem diferente do encontrado hoje em nossa cultura (Rodrigues, 2008).

Mesmo em nossa sociedade, há algumas décadas, era comum o casamento de crianças em estágio de desenvolvimento maturacional (psicológico e biológico), considerado inapropriado para o casamento nos dias de hoje. Segundo Felipe (2006), só a partir do século XVIII iniciou-se um processo de atenção à criança como alguém diferenciado e frágil, que necessita de cuidados, e assim, começaram a ser discutidas ações de proteção a essa população. A partir daí, foram se intensificando os trabalhos em direção aos cuidados a esses indivíduos, chegando à criação de órgãos e leis específicas.

Apesar da prática sexual com crianças ser aceita em determinadas culturas, podemos discutir questões como o dano físico, inerente ao corpo em um abuso sexual (por exemplo, a penetração sexual de um adulto em uma criança muito pequena). Este tipo de discussão mereceria um trabalho dedicado exclusivamente a ele, pois é um assunto extenso e complexo. Apesar disso, sempre é preciso lembrar que, parte do que é considerado impróprio, é fruto de um sistema cultural ou contextual. Por exemplo, o comportamento de matar é inaceitável na maior parte das vezes, mas em alguns contextos, como na guerra, não só é aceitável, como possivelmente necessário. As causas do comportamento são múltiplas e como já discutidas, entrelaçadas, por isso a Análise do Comportamento apresenta uma visão diferenciada sobre o modelo de causalidade dos comportamentos, como será discutido na seção seguinte.

O Modelo de Causalidade da Análise do Comportamento

A Análise do Comportamento apresenta uma proposta para a investigação do comportamento humano, que inclui em sua análise tanto o organismo que se comporta, como as características desenvolvidas ao longo de sua história de vida e da cultura na qual

está inserida. Esse pressuposto teórico tem suas raízes nas bases filosóficas do Behaviorismo Radical. Nesta proposta, o comportamento humano é produto de relações, e não causado por agentes internos, causas mecanicistas e intencionalidade da resposta, sendo bastante diferente das tradicionais explicações do comportamento humano (Skinner, 1953/2003).

Frequentemente explica-se o comportamento humano segundo causas internas, utilizando-se de termos como “intenção” e “vontade”. Neste sentido, o abusador sexual é compreendido como alguém que não tem bom “caráter”, é “doente”, ou seja, “possui uma doença”, “é inescrupuloso”. Este é o tipo de explicação que pode ser denominada de circular, pois não explica as variáveis envolvidas no comportamento humano (Skinner, 1953/2003). Por exemplo, dizer que Fulano abusou de uma criança porque é mau caráter e é considerado mau caráter porque abusa de crianças, é o mesmo que dizer que alguém bebe água porque tem sede, come porque tem fome, dorme porque tem sono. Dessa forma, ignora-se que existem contingências ambientais, presentes e passadas, atuando sobre o comportamento.

No Behaviorismo Radical evita-se a terminologia “causa”, pois elas remetem a uma noção linear em que causas são únicas e necessárias para determinados efeitos. No lugar de “causas”, discutem-se os eventos que mantêm relação com o comportamento alvo. As “causas” para o Behaviorismo Radical seriam tanto os eventos antecedentes quanto as consequências que mantêm relação com o comportamento. Para essa ciência, são múltiplos os eventos relacionados ao comportamento, além disso, essas relações são probabilísticas, e não ditam relações necessárias (Tourinho, 2003).

O modelo proposto pela Análise do Comportamento é o modelo de Seleção por Consequências, que compreende o comportamento como função de inúmeras variáveis e resultado da interação entre três diferentes histórias: filogenética, ontogenética e cultural

(Catania, 1998/1999; Skinner, 1981; Tourinho, 2003). Esse modelo teve forte influência do modelo de Seleção Natural de Charles Darwin. O nível filogenético refere-se a características anatomofisiológicas das espécies, bem como, por exemplo, os comportamentos reflexos, as características de função de reforçador primária em relação ao sexo, características físicas que sinalizam um provável parceiro sexual, entre outras, e que se mantiveram ao longo de gerações e que foram selecionadas por terem propiciado a sobrevivência da espécie. O nível ontogenético diz respeito às características desenvolvidas ao longo da vida dos indivíduos, e que foram mantidas e selecionadas por suas consequências reforçadoras. A este tipo de comportamento denomina-se comportamento operante, que consiste em comportamentos mantidos por contingências reforçadoras que ocorrem ao longo da vida dos indivíduos. Por exemplo, na presença de uma criança, o abusador lhe oferece um doce em troca de que a mesma lhe acompanhe, caso a criança aceite, podemos prever com certa confiabilidade que esse comportamento (oferecer doce), voltará a acontecer em situações semelhantes. Por fim, o nível cultural diz respeito às características de sobrevivência da cultura como um todo, não necessariamente priorizando a integridade dos indivíduos. Temos como exemplo o sistema linguístico, as pinturas rupestres e comportamentos filantrópicos, ou seja, todas as ações culturais que foram selecionadas. Em sessão posterior serão discutidas algumas características da nossa cultura que mantém relação com a sexualização de crianças e adolescentes. Algumas das práticas culturais podem causar danos para a vida dos indivíduos, como é o caso dos homens bomba, apesar disso, essa prática é selecionada porque propicia a coesão do grupo e o mantém como tal (Skinner, 1981).

O modelo de Seleção por Consequências vai de encontro à noção popular de “livre arbítrio”, que descreve comportamentos como sendo motivados por “intenções”, “vontade” ou “processos psíquicos” (Baum, 2005/2006; Skinner, 1953/2003). Para Baum

(2005/2006), a Análise do Comportamento pode ser considerada uma ciência determinista, que diz respeito à “noção de que o comportamento é determinado unicamente pela hereditariedade e pelo ambiente” (p. 25).

Várias explicações sobre o comportamento dos homens foram desenvolvidas ao longo dos tempos. Skinner (1953/2003) apontou várias dessas perspectivas, dentre elas a estrutura dos indivíduos (desenho na palma da mão definiriam características das pessoas, pessoas gordas são bonachonas); data de nascimento (horóscopo), além de causas internas neurais (ela estava com os nervos à flor da pele e chorou) e causas internas psíquicas (a mente dela estava perturbada e por isso cometeu suicídio). Esses tipos de explicações nos colocam a mercê de contingências sem controle, além de serem também explicações circulares. Segundo Baum (2005/2006), esse tipo de explicação deixa de lado os fatores ambientais dos quais o comportamento é função.

Pelo modelo de seleção por consequências, os comportamentos têm sua probabilidade alterada de acordo com as consequências que produzem no ambiente. De maneira sintética, podemos dizer que há dois tipos de consequências, as reforçadoras e as punitivas, que têm, respectivamente, o efeito de aumentar e diminuir a probabilidade de ocorrência dos comportamentos que as precedem. Além disso, a teoria sobre reforço mostra que há uma variedade de características quanto à forma de apresentação da consequência como: atraso, magnitude, esquema de reforço, reforço natural ou arbitrário, que interferem nos efeitos que tais consequências podem produzir sobre o comportamento (Baum, 2005/2006; Skinner, 1981).

O Comportamento Operante

Com o desenvolvimento do conceito de comportamento operante, os comportamentos deixaram de ser considerados como meros reflexos apresentados diante de estímulos, como no caso das explicações de causas necessárias, como no exemplo dos

comportamentos reflexos. Assim, a relação é ampliada com a observação do papel das consequências dos comportamentos, responsáveis pela instalação e manutenção do comportamento, além da relação entre esses eventos. Portanto, a ação sobre o meio é responsável pela modificação ambiental e, da mesma forma, as alterações ambientais podem ser responsáveis pela manutenção do comportamento (Millenson, 1976; Skinner, 1953/2003).

Para Skinner (1953/2003), entender o comportamento operante nos coloca numa posição mais promissora quanto à possibilidade de mudanças em padrões comportamentais. Possibilitando a modificação ambiental, por meio de modificação de estímulos e consequências, temos a possibilidade de modificar comportamentos. Para isso, precisamos observar o comportamento em questão, analisar a sua função e as variáveis relacionadas.

Todos os comportamentos, sejam socialmente considerados “anormais” ou “normais”, seguem os mesmos princípios de aprendizagem. Conforme Gongora (2003) é fundamental entender a relação dos mecanismos que os mantêm:

Na perspectiva do Modelo Psicológico, não importa qual é o princípio de aprendizagem, mas a concepção de que todo o comportamento aprendido pode ser mudado, que todo comportamento aprendido segue algum ou alguns princípios e que, uma vez descritos tais princípios, eles serão úteis na produção de procedimentos que permitam alterar comportamentos quando houver interesse em fazê-lo. (p. 95)

Entender o comportamento de abusar como um operante, diz respeito a descrevê-lo como um comportamento que atua sob o meio e é alterado pelas consequências que produz. Trabalhar essa relação é a chave, tanto para a mudança comportamental de quem abusa, como para promover procedimentos preventivos. Ao buscar entender quais as

possíveis contingências mantenedoras dos comportamentos de abusar sexualmente de crianças e adolescentes, pode-se pensar em quais consequências podem estar mantendo tais comportamentos (como por exemplo, ter a relação com criança e/ou adolescente, se masturbar observando-o, mostrar partes íntimas), bem como quais as consequências aversivas presentes nessa relação e que podem funcionar como inibidores do comportamento, diminuindo sua probabilidade (punição legal, reprovação social, punição condicionada, como sentimentos de vergonha, entre outros).

As consequências aversivas são aquelas que tendem a diminuir a probabilidade do comportamento. Em casos de abuso sexual, podem-se citar consequências como prisão, julgamento social, ou mesmo punições físicas, que podem atuar reduzindo a probabilidade do comportamento. Além disso, o abuso em si pode apresentar consequências aversivas condicionadas. Padrões emocionais, anteriormente neutros, podem ser condicionados ao abuso, como vergonha, sentimento de culpa, medo, ansiedade, e passarem a funcionar como estímulos que sinalizam consequências punitivas. Segundo Skinner (1953/2003):

A estimulação aversiva condicionada, gerada pelo mau comportamento como resultado da punição se associa com um padrão emocional comumente denominado “vergonha”. O indivíduo responde a isso quando “sente-se envergonhado dele mesmo”. (pp. 354-355)

As leis de um governo especificam os comportamentos e as consequências, geralmente punitivas, para quem se comporta de determinada maneira. Assim, uma lei é “o enunciado de uma contingência de reforço mantido por uma agência governamental” (Skinner, 1953/2003, p. 370). Essas agências utilizam-se de seu poder de punir para restringir comportamentos que possam ser nocivos à sociedade como um todo (Skinner 1953/2003). Embora as leis tenham a função de diminuir ou extinguir comportamentos que causam danos à sociedade, de uma forma geral, é importante salientar que na maioria

dos casos existe um atraso nas consequências, bem como em muitos outros, uma probabilidade da consequência negativa (medidas punitivas), não virem a ocorrer.

De modo geral, em relação aos crimes sexuais em nosso país, constitui-se como crime utilizar o outro como forma de gratificação sexual, ainda que seja um adulto, sem seu consentimento ou de forma que impeça ou dificulte a manifestação de vontade da vítima. No que se refere a crianças e adolescentes, qualquer tipo de relação sexual é considerada crime, aumentando a pena de acordo com a idade da vítima.

Segundo Rodrigues (2008), apesar de todo o sistema legal ter como finalidade proteger a criança e o adolescente, o desenvolvimento de modalidades ou leis que delimitem ações criminosas deixam lacunas no momento de punição para esses criminosos. Sendo assim, apesar de serem feitos esforços para a promoção da integridade física, psicológica e moral de indivíduos em desenvolvimento, existem lacunas que precisam ser bem avaliadas.

É também importante lembrar que essa punição não precisa ser infligida diretamente ao indivíduo, mas, diante de um grupo social que define o que é considerado “bom” e “mau”, o indivíduo pode passar a se comportar de determinadas formas, como por exemplo, indivíduos que abusaram e foram punidos, ou mesmo pelo relato verbal de outros dizendo que abusar é errado e que esses indivíduos devem ser punidos. Dessa forma, as contingências aversivas podem ser aprendidas por contingências sociais, não necessitando que o indivíduo passe diretamente por contingências punitivas de prisão ou punição física.

Já as consequências reforçadoras são aquelas que aumentam a probabilidade de o comportamento vir a ocorrer novamente. Alguém que entra em contato com uma criança ou adolescente, e consegue obter algum tipo de consequência reforçadora, seja a obtenção

de prazer, ou chegar próximo a ele, pode voltar a emitir esse comportamento, a não ser que consequências aversivas tenham maior influência sobre o comportamento.

Se o comportamento está sendo mantido, podemos levantar a hipótese de que as consequências aversivas existentes (como leis que resultam em retirada da liberdade do indivíduo) não estão sendo suficientes, ou são brandas ou não são apresentadas na maioria dos casos. Isso gera a reflexão sobre a eficácia do sistema legal e seu controle sobre o comportamento humano.

Sexo é um reforçador primário, bem como água, comida ou remoção de danos físicos. São considerados primários por estarem ligados diretamente a manutenção da vida da espécie, assim, os organismos desenvolveram uma suscetibilidade a essas consequências como reforçadoras (Abib, 2001). Algumas vezes estamos privados de água, comida ou sexo, mas a necessidade que temos deles é cíclica, e por mais que nos saciemos em algum momento, voltaremos a tê-los como possíveis reforçadores, salvo casos de situações aversivas ligadas a esses reforçadores. Por exemplo, o sexo, que é um reforçador primário, pode se tornar um aversivo condicionado, quando emparelhado com situações aversivas, como histórias de abuso ou agressão durante o sexo, um homem não conseguir manter ou apresentar ereção. O sexo como um reforçador primário, ligado à sobrevivência da espécie, permite a compreensão da relação como tendo função de reforçador positivo. Sendo assim, os comportamentos que têm sexo, comida ou água como consequência terão uma alta probabilidade de ocorrer novamente.

As leis e normas culturais de um povo têm como objetivo principal regular comportamentos que possam ser prejudiciais ao grupo como um todo. Apesar das leis punitivas ao comportamento de abusar sexualmente de crianças, bem como das normas culturais que dizem ser um comportamento errado, temos indivíduos que ainda abusam de crianças. Alguns autores discutem teorias que explicam contingências que possibilitam o

abuso, diminuem a probabilidade de denúncia, e que descrevem alguns fatores para explicar porque indivíduos sentem desejos por crianças e adolescentes.

Araji e Finkelhor (1986) realizaram uma revisão de estudos sobre as explicações sobre o comportamento em questão e apresentaram um modelo de Múltiplos Fatores ou Teoria dos Quatro Fatores. Os estudos analisados não seguem uma abordagem específica, como critério de inclusão esses pesquisadores levaram em conta todos os estudos que buscaram identificar e quantificar as características dos agressores, também incluíram alguns artigos clínicos que tinham como objetivo avaliar a evidência de alguma teoria. Estes pesquisadores identificaram que estas teorias buscavam explicar quatro questões: 1) porque um adulto encontraria em uma criança gratificação e congruência nas necessidades do adulto; 2) porque uma pessoa seria capaz de encontrar excitação sexual em uma criança; 3) porque um adulto não recorreria ou estaria bloqueado para buscar gratificação sexual e emocional de fontes mais normativas (pessoas adultas) e; 4) porque uma pessoa não deixaria de cometer tais atos diante das convencionais restrições sociais e inibições relativas a se relacionar com crianças.

Baseado nessas quatro perguntas, Araji e Finkelhor (1986) agruparam todas as teorias em quatro tipos de explicações do comportamento de abusar sexualmente de crianças, que serão dispostas no presente trabalho, tais como foram descritas em suas bases teóricas. As teorias estão agrupadas em 1) Congruência emocional: Adultos que se atraem por crianças pela sua falta de dominância, atraso no desenvolvimento, imaturidade, baixa autoestima, domínio de um trauma pela repetição, identificação com a agressão, narcisismo e socialização masculina para a dominância; 2) Excitação sexual: Intensificada excitação por crianças, condicionamento a partir de condicionamento na primeira infância, anormalidades hormonais, Atribuição errada ao estímulo que causa excitação, socialização pela pornografia infantil; 3) Bloqueios: Dificuldades em se relacionar com adultos do sexo

feminino, habilidades sociais inadequadas, ansiedade sexual, dinâmicas edípicas mal resolvidas, distúrbios no relacionamento romântico e sexual adulto, normas repressivas sobre comportamento sexual; 4) Desinibição: Desordens de impulso, senilidade, retardo mental, álcool, falhas no mecanismo de evitação do incesto, situações de estresse, tolerância cultural e normas patriarcais. Dentre esses fatores, alguns são comprovados de forma empírica, e outros são desenvolvidos apenas no campo teórico, sem verificação de variáveis.

Furniss (1991/1993) também discute o comportamento do abusador sexual. Em sua abordagem multidisciplinar, o pesquisador relaciona as semelhanças desse comportamento ao comportamento de dependência de substâncias, nomeando essa relação Síndrome da Adição. Nela o indivíduo percebe o ato como errado; prejudicial para a criança; não cria, a princípio, uma experiência prazerosa, mas de alívio de tensão; processo torna-se repetitivo e compulsivo; os sentimentos de culpa e erro podem levar a tentar parar o abuso; a gratificação sexual do ato e a fuga da realidade apoia uma intolerância à frustração; o alívio aumenta a probabilidade de novos atos; o abusador nega a dependência e as tentativas de cessá-la levam a crises de abstinência típicas e ansiedade. Embora esse teórico também não embase sua teoria nos pressupostos analíticos comportamentais, pode-se identificar os padrões comportamentais apresentados por aqueles indivíduos que apresentam comportamento de abusar por períodos mais longos de tempo.

Além das características do indivíduo que abusa, para que o abuso ocorra, é necessário que o ambiente seja propício, assim, Finkelhor (1984) descreve as condições para que o abuso aconteça. De acordo com este pesquisador, quatro condições precisam ser estabelecidas para que o abuso ocorra, levando em consideração níveis individuais, sociais e culturais do abusador, da criança e da rede de

proteção. As duas primeiras condições, dizem respeito ao comportamento do abusador, a terceira e quarta ao ambiente da criança, sendo a terceira relacionada à disponibilidade e proteção da criança, e quarta, especificamente, a algumas características da criança e adolescente.

Dentre esses quatro fatores estão: 1) motivação do abusador, que são as variáveis do indivíduo relacionadas ao ato de abusar de crianças e adolescentes, ligados a congruência emocional, ativação ou excitação sexual e a bloqueios emocionais; 2) fatores predisponentes ligados a dominar inibições internas do abusador, que são controle de impulso, abuso de drogas e falhas no mecanismo de inibição; 3) fatores relacionados a inibir externamente o comportamento do abusador, tais como problemas na rede de cuidados e proteção da criança e oportunidade de estar a sós com a criança; 4) fatores predisponentes de resistência da criança, como problemas emocionais da criança, sua falta de conhecimento sobre abuso, confiança da criança sobre o abusador e impotência social da criança.

De outra maneira, podemos entender que para que o abuso ocorra é necessário que algumas condições estejam presentes. Dentre elas, as características do indivíduo que abusa, tais como seu déficit em comportamentos que promovam o autocontrole em relação ao abuso; as características relacionadas a disponibilidade de contato entre vítima e agressor; déficit da criança em promover sua própria segurança, isso devido à falta de conhecimentos para sua proteção, busca de ajuda, pedidos de socorro.

Ainda segundo Finkelhor (1984), se alguma dessas condições não for estabelecida, o abuso não ocorrerá. Por exemplo, caso o abusador esteja motivado e não apresentar controle sobre essa motivação, mas, a despeito disso, não tiver a oportunidade de estar a sós com a criança, o abuso não ocorrerá. Da mesma forma, se o indivíduo tiver oportunidade de estar com a criança, mas, se a criança apresentar conhecimento sobre o

abuso, bem como ter desenvolvido habilidades para se proteger e buscar ajuda, o abuso não ocorrerá.

A despeito de como o abuso ocorre, Furniss (1991/1993) discute a Síndrome do Segredo, que diz respeito a alguns fatores que dificultam a revelação do abuso, bem como da denúncia. A falta de provas concretas, a coerção psicológica que ocorre contra a criança para que a mesma mantenha o segredo, a falta de credibilidade na criança, o risco e ameaças de castigo para que a criança não revele. Além disso, também fazem parte da Síndrome do Segredo aspectos interacionais como mentira e negação, sendo que na mentira, a criança sabe do fato, mas mente (possivelmente pelo medo envolvido na revelação), e na negação a criança não tem claro a ocorrência do abuso, muitas vezes sentindo-se culpada pela autoria do mesmo, além de ficarem confusas com a mudança do abusador que se torna “um outro” bem como dos “rituais de entrada e saída”.

O ritual de entrada e de saída, bem como a mudança do outro, ocorrem em abusos cometidos por pessoas próximas. Nesses casos, o abusador, durante o ato “transforma-se” em outra pessoa em relação àquela que é normalmente, criando uma situação característica em que o abuso tem início e término, visivelmente marcada por esses rituais de entrada e saída (Furniss, 1991/1993).

Discussão

A Análise do Comportamento apresenta alguns problemas metodológicos em relação ao estudo de alguns comportamentos complexos, como é o caso do estudo do comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes. O principal deles é quanto à falta do controle de variáveis. Em busca de discriminar quais variáveis o comportamento possa ser função, não se pode simular a situação experimentalmente a fim

de obter dados sobre a mesma, problema esse que impede uma maior operacionalização da definição de abuso sexual. Além disso, conta-se, ao trabalhar com essa população, com o relato verbal dos indivíduos, tanto da vítima como de abusadores, que podem apresentar uma série de incongruências entre o relato e o que de fato ocorreu.

Quando se trata de crianças e adolescentes, estamos lidando com uma população considerada vulnerável, que está em fase de desenvolvimento biopsicossocial, e que pode ser considerada, na maioria das vezes, facilmente influenciada e controlada. Outro ponto a se considerar é o possível baixo custo de resposta: fácil acesso à criança e adolescente (a depender da situação), menor possibilidade de a criança recusar, menor possibilidade de ser “humilhado” (principalmente se o indivíduo possui algum tipo de problema sexual, como ejaculação precoce ou problemas de ereção), facilidade em fazê-la acreditar em alguma história que permita o abuso e relação de poder, seja resultado da relação entre agressor e vítima ou simplesmente pela diferença de idade e desenvolvimento.

Concernente à discussão do fácil acesso às crianças e adolescentes, este tópico merece atenção especial, pois, na maior parte das vezes, estamos relacionando àqueles indivíduos que exercem o papel de cuidadores, seja intrafamiliar (pais, padrastos, tios, avós), seja fora do ambiente familiar (profissionais de saúde, pessoas ligadas à educação da criança, instituições de abrigo), ou pessoas com as quais crianças passam parte do seu tempo (como vizinhos ou amigos da família). Os dados em relação a quem são esses abusadores revelam que a maior parte dos abusos é realizada por alguém próximo à criança. Em geral, esse abusador utiliza-se de algum tipo de poder que tenha sobre a criança ou adolescente, seja emocional ou por intimidação (Morales & Schramm, 2002).

Em um estudo realizado por Martins (2008) foram obtidos dados sobre os casos de abuso denunciados na cidade de Londrina (PR) em 2002 e 2006. Nesses anos, encontrou-se, respectivamente, que 73,5% e 59,1% dos abusadores eram alguém da família, contra

apenas 5,8% e 3,8%, respectivamente, de desconhecidos. Além disso, estima-se que podem ser ainda maiores os casos de abusos cometidos por familiares, tendo em vista a dificuldade de se denunciar alguém da família, bem como o tabu sobre o assunto.

O abuso que ocorre no âmbito familiar se apresenta de uma forma bastante complexa, tendo em vista todo o tabu da denúncia, medo de exposição familiar, do encarceramento ou punição ao abusador. Nesse sentido, a Síndrome do Segredo (Furniss, 1991/1993) que diz sobre o silêncio em torno do abuso, se mostra como uma contingência de manutenção para o comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes.

Somada a Síndrome do Segredo, e não contrária a ela, a teoria das Precondições vem no sentido de explicar porque os grandes números de casos de abuso são intrafamiliares, tendo em vista algumas relações familiares, ou características dos membros da família propiciarem o abuso. Outra questão que a teoria das Precondições esclarece é sobre a proporção de pedófilos em relação ao número de abusadores de crianças e adolescentes, sendo esta pequena, pois não seria a pedofilia uma relação necessária para o abuso. Mesmo aquele indivíduo que tenha desenvolvido algum tipo de excitação por crianças ao longo de sua história de vida, bem como uma discriminação equivocada sobre o estímulo sexual adequado (uma pessoa da mesma idade que tenha a capacidade para aceitar ou recusar o ato sexual), mas tiver trabalhado no sentido de exercitar seu autocontrole (ou seja, apresentar comportamentos compatíveis a não se relacionar com crianças), terá sucesso em não cometer este tipo de delito. Um sujeito que não apresenta os critérios para o diagnóstico de pedofilia (como desejos intensos e recorrentes por crianças em um período de pelo menos seis meses), mas apresentar um baixo controle de impulsividade e estiver em um ambiente facilitador, por exemplo, poderá vir a cometer este crime.

Outra questão é sobre o tabu envolvendo os casos de abuso. O “desejar um indivíduo em desenvolvimento” ou pré-púbere é considerado anormal em nossa sociedade, por outro lado, temos uma cultura que exacerba o corpo jovem. Estamos, portanto, diante de um paradoxo cultural, pois embora não seja aceito pela sociedade, em alguns momentos vemos músicas que incitam relacionamentos com pessoas mais novas, como na música “E por que não?” da banda do Rio Grande do Sul, “Bidê ou Balde” (Carneiro & Rossato, 2000), na qual se pode observar a verbalização de um homem mais velho acerca de uma menina. Seguem alguns trechos selecionados:

Eu estou amando, a minha menina, e como eu adoro suas pernas fininhas. Eu estou cantando, pra minha menina, pra ver se eu convenço ela entrar na minha. E por que não? Teu sangue é igual ao meu, teu nome fui eu quem deu, te conheço desde que nasceu. E por que não? Eu estou adorando ver a minha menina, com algumas colegas, dela da escolinha. Eu estou apaixonado, pela minha menina, pelo jeito que ela fala, olha, o jeito que ela caminha.²

Os estereótipos em relação ao abusador também têm um peso importante, pois se tem a falsa ideia de quem são esses abusadores. Como já foi discutido, na maior parte das vezes, o abusador não é um sujeito estranho, mas alguém muito próximo à criança e ao adolescente. Böhm (2012) encontrou em seu estudo uma grande parcela de abusadores infantojuvenil casados, com estudo e emprego. Recentemente, foi descoberta uma rede de pedofilia internacional, na qual, entre os detidos encontravam-se pastores, professores, médicos, enfermeiros e agentes da lei³, o que corrobora com a discussão sobre a necessidade de quebra de estereótipos quanto a quem são esses abusadores.

² Letra da música disponível em: <http://letras.mus.br/bide-ou-balde/860174/>>. Acesso em: 10 dez de 2013.

³ Jornal “O Globo”. Disponível em <http://oglobo.globo.com/mundo/cerca-de-350-pessoas-sao-presas-em-rede-de-pedofilia-10781650>>. Acesso em 08 dez. 2012.

Outra característica dos abusadores é o abuso de drogas, em especial o álcool, que pode atuar como uma das variáveis que influenciam no abuso. Raymond, Coleman, Ohlerking, Christenson e Miner (1999) constataram que, dos abusadores pedófilos, 51% preenchem critérios para dependência de álcool, 38% para maconha e 18% para cocaína. No estudo de Böhm (2012), aproximadamente 46% faziam uso de álcool de maneira abusiva e 29%, abuso de outras drogas, Baltiere (2005) também identificou em sua amostra de abusadores de crianças e adolescentes principalmente o abuso de álcool. Esses estudos vão de encontro à teoria dos múltiplos fatores de Araji e Finkelhor (1986), especificamente nos fatores de desinibição.

Conforme Serafim, Saffi, Rignatti, Casoy e Barros (2009), embora o indivíduo que abusa de crianças saiba que está agindo de maneira criminosa, passa a acreditar que não está fazendo algo errado, seja por diversas crenças, dentre elas a citada no paradoxo cultural, que permite a visão das crianças e adolescentes num contexto erotizado, seja pelas características reforçadoras como “o consentimento da criança”, que “permite” o abuso, ou também por acreditar que está fazendo bem a criança (ela sentiu prazer).

Não existe uma resposta certa para explicar porque um indivíduo acaba mantendo relações sexuais com uma criança em vez de realizá-lo com alguém de idade semelhante. Cada caso possui suas peculiaridades, pois cada indivíduo tem sua história de vida. As teorias que explicam o comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes, como a Teoria dos Múltiplos Fatores e da Síndrome de Adição, e dos fatores que propiciam o abuso como a Síndrome do Segredo e as quatro Precondições, facilitam o entendimento de um comportamento tão complexo e que, usualmente, não leva em consideração essa série de fatores que poderiam ajudar a entender e melhor avaliar esses casos.

Dentro do âmbito cultural nacional, o abuso é visto como algo inescrupuloso, e “aparentemente” pouco representativo, como se existissem apenas casos isolados e, dessa forma, poucos esforços são realizados para seu entendimento. Entretanto, ao entrar em contato com a especificação dos dados em relação a esse comportamento, sabe-se que ele é bastante presente em nossa realidade.

As dificuldades em se levantar os eventos que estão relacionados ao comportamento, a despeito de terem suas particularidades, podem apresentar similaridades que possibilitem o desenvolvimento de modificação ambiental, de forma a obter comportamentos ditos “normais”, e que, principalmente, não gerem dano para a vida de outros indivíduos. Sendo assim, pesquisas no sentido de buscar mais dados em relação ao abusador bem como ao abuso, são de extrema importância. A ciência precisa percorrer assuntos que visem solucionar problemas sociais. Segundo Skinner (1953/2003), a ciência não é só contemplação, é a busca de ordem, previsão e controle, a fim de construir uma sociedade melhor.

Considerações finais

Falar sobre sexo, de forma geral, ainda é um tabu em nossa sociedade. Por um lado, temos alguns avanços quanto à sexualidade, de modo que atualmente discute-se mais sobre sexo nos meios de comunicação. Por outro lado, o tema nem sempre é tratado de forma ampla e positiva, pois ainda existem dificuldades simples, como por exemplo, a discussão sobre sexo entre pais e filhos. Ademais, as escolas também apresentam resistência e problemas na discussão com seus alunos. É ainda mais complexo discutir o abuso ou agressão sexual, principalmente quando a vítima é alguém em pleno desenvolvimento e que deveria receber cuidado e atenção.

Entender o abuso como um comportamento, com possibilidade de modificação, permite que indivíduos que tenham cometido abuso, ou tenham a probabilidade de cometer, possam recorrer a profissionais que estejam aptos para orientá-los ou mesmo trabalhar com essa população. Além disso, estudar o abuso sexual nos coloca em melhor posição de desenvolver técnicas de autocontrole de impulsos sexuais, terapia em grupo ou individual para abusadores, entre outras formas de intervenção e prevenção.

Visto que se trata de um fenômeno complexo e com poucos estudos, fazem-se necessários maiores aprofundamentos e movimentos em busca de informações. Mais estudos sociodemográficos quanto à população de abusadores e uma busca mais intensa de dados em relação às contingências de abuso são provavelmente algumas das atitudes que podem auxiliar em seu entendimento. Alguns problemas metodológicos quanto à investigação dos mesmos se farão recorrentes, mas a falta de controle quanto à veracidade dos dados, pode ser o principal deles. Isso ocorre porque, neste caso, será trabalhado com o relato verbal dos envolvidos, que podem ter incoerências quanto ao que de fato ocorreu, o que dificulta a realização de trabalhos no sentido de se avaliar as possíveis contingências mantenedoras do comportamento investigado. Entretanto, com um grande número de relatos das contingências, é possível traçar algumas hipóteses, utilizando-se um modelo estatístico das informações que se apresentem na maior parte dos casos. Com essas hipóteses levantadas no maior número de casos, pode ser possível trabalhar com maior segurança, no sentido de desenvolver métodos preventivos, frente aos casos de abuso, e de desenvolver intervenções destinadas ao abusador.

Referências

- Abib, J. A. D. (2001) Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 107-117.
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5ª ed.). Arlington, VA: American Psychiatric Publishing.
- Araji, S, & Finkelhor, D. (1986). Abuser: A review of the research. Em D. Finkelhor (Org.), *A sourcebook on child sexual abuse* (pp. 89-118). Beverly Hills: Sage Publications.
- Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. (2002). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Mitos e realidades*. (3ª ed.). Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados.
- Baltiere, D. A. (2005). *Consumo de álcool e outras drogas e impulsividade sexual entre agressores sexuais* (Tese de doutorado, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-22032006-221450/pt-br.php>
- Baptista, R. S., França, I. S. X., Costa, C. M. P., & Brito, V. R. S. (2008). Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um programa sentinela. *Acta Paulista de Enfermagem*, 21(4), 602-608.
- Baum, W. M. (2006). *Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução*. (M. T. A. Silva, M. A. Matos, G. Y. Tomanari & E. Z. Tourinho, Trad.) Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 2005).
- Böhm, D. M. (2012). *Características emocionais e comportamentais de adolescentes e adultos suspeitos de praticar abuso sexual*. (Dissertação de mestrado). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul.

- Brasil. (1988). *Constituição Federativa da República do Brasil*. Brasília. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
- Brasil. (1990). *Lei nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- Brasil. (2009). *Lei nº 12.015 - Dos crimes contra a dignidade sexual*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm
- Carneiro, C., & Rossato, R. (2000). E por que não? Em *Se sexo é o que importa, só rock é sobre o amor*. [CD] São Paulo: Abril Music.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. (D. G. Souza, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1998).
- Cordeiro, F. A. (2006). *Aprendendo a prevenir: Orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes*. Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude.
- Eisenstein, E. (2004). Quebrando o silêncio sobre o tabu. *Adolescência e Saúde*, 1(3), 26-29.
- Felipe, J. (2006). Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu*, 26, 201-223.
- Finkelhor, D. (1984). *Child sexual abuse*. New York: Free Press, Macmillan.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar*. (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1991).
- Gongora, M. (2003). Noção de psicopatologia na Análise do Comportamento. Em C. E. Costa, J. C. Luzia & H. H. N. Santanna (Orgs.), *Primeiros passos em Análise do Comportamento* (pp. 93-110). Santo André, SP: ESETEC.
- Haugaard, J. J. (2000). The challenge of defining child sexual abuse. *American Psychologist*, 55(9), 1036-1039.

- Hughes, J. R. (2007). Review of medical reports on Pedophilia. *Clinical Pediatrics*, 46(8), 667- 682.
- Ipea. (2014). Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadie st11.pdf
- Leonore, M. J., & Simon, J. D. (2000). An examination of the assumption of specialization, mental disorder, and dangerousness in sex offenders. *Behavioral Sciences and the Law*, 18, 275-308.
- Lowe, C. F. (1979). Determinants of human operant behaviour. Em M. D. Zeiler & P. Harzem (Orgs.), *Advances in analysis of behaviour: Reinforcement and the organization of behavior*. Chichester: Wiley
- Malón, A. (2012). Pedophilia: A diagnosis in search of a disorder. *Archives of Sexual Behavior*, 41, 1083, 1097.
- Martins, C. B. G. (2008). *Violência contra menores de 15 anos no município de Londrina, Paraná: Análise epidemiológica de suas notificações* (Tese de doutorado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6132/tde-21072008-142413/pt-br.php>
- Meyer, S. (2003). Análise funcional do comportamento. Em C. E. Costa, J. C. Luzia & H. H. N. Santanna (Orgs.), *Primeiros passos em Análise do Comportamento* (pp.75-91). Santo André, SP: ESETec.
- Millenson, J. R. (1976). *Princípios de Análise do Comportamento*. Brasília: Coordenada.
- Morales, A. E., & Schramm, F. R. (2002). A moralidade do abuso intrafamiliar em menores. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(2), 265-273.

- Padilha, M. G. S. (2002). Abuso sexual contra crianças e adolescentes: considerações sobre os fatores antecedentes e suas implicações na prevenção. Em H. J. Guilhadi, M. B. P. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre Comportamento e Cognição: Contribuições para a construção da teoria do comportamento*, (v. 10, pp. 209-220). Santo André, SP: ESETec.
- Padilha, M. G. S. (2007). *Prevenção primária de abuso sexual: Avaliação da eficácia de um programa com adolescentes e pré-adolescentes em ambiente escolar* (Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo). Recuperado de http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codarquivo=1703.
- Poepl, T. B., Nitschke, J., Santtila, P., Schecklmann, M., Berthold, L., Greenlee, M. W., Osterheider, M., & Mokros, A. (2013). Association between brain structure and phenotypic characteristics in pedophilia. *Journal of Psychiatric Research*, 47, 678- 685.
- Portal Brasil. (2012). Abuso sexual é o 2º tipo de violência mais comum contra crianças, mostra pesquisa. Recuperado de <http://www.brasil.gov.br/saude/2012/05/abuso-sexual-e-o-segundo-maior-tipo-de-violencia-contras-criancas-mostra-pesquisa>
- Raymond, N. C., Coleman, E., Ohlerking, F., Christenson, G. A., & Miner, M. (1999). Psychiatric comorbidity in pedophilic sex offenders. *The American Journal of Psychiatry*, 156(5), 786-788.
- Ribeiro, M. A., Ferriani, M. G. C., & Reis, J. N. (2004) Violência sexual contra crianças e adolescentes: Caracterização relativas à vitimização nas relações familiares. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(2), 456-464.
- Rodrigues, W. T. S. (2008). A pedofilia como tipo específico na legislação penal brasileira. *Âmbito Jurídico*, 9(59). Recuperado de http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&

- Sas, D. L., & Cunningham, A. H. (1995) *Tipping the balance to tell the secret: Public discovery of child sexual abuse*. London: London Family Court Clinic.
- Serafim, A. P., Saffi, F., Rignatti, S. P., Casoy, I., & Barros, D. M. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista de Psiquiatria Clínica, 36*(3), 105-111.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science, 213*, 501-504.
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano* (J. C. Todorov e R. Azzi, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953).
- Tourinho, E. Z. (2003). A produção de conhecimento em Psicologia: a Análise do Comportamento. *Psicologia Ciência e Profissão, 23*(2), 30-41.
- Williams, L. C. (2002). Abuso sexual infantil. Em H. J. Guilhadi, M. B. P. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre Comportamento e Cognição: Contribuições para a construção da teoria do comportamento* (v. 10, pp. 155-164). Santo André, SP: ESETec.

ARTIGO 2

**LEVANTAMENTO DAS POSSÍVEIS VARIÁVEIS ENVOLVIDAS NO
COMPORTAMENTO DE ABUSAR SEXUALMENTE DE CRIANÇAS
E ADOLESCENTES**

Ariadne Cristina Suzuki de Lima e Alex Eduardo Gallo

Universidade Estadual de Londrina

Resumo

O comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes ocasiona uma série de danos para a sociedade. Assim, identificar as variáveis relacionadas a este comportamento, possibilita melhor entendimento sobre esse fenômeno, propiciando o desenvolvimento de métodos de intervenções. O presente trabalho teve como objetivo levantar as possíveis variáveis envolvidas no comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes, seu desenvolvimento e manutenção. Para isso, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada, com 32 indivíduos homens que estão presos e foram condenados por terem violado o artigo 217A do Código Penal. Os entrevistados apresentaram idade média de 43,25 anos, com renda média de R\$1.439,00, sendo que 90,63% tinham atividade remunerada, apresentando em média quatro anos de estudos. Entre eles, apenas 15,63% estavam em privação sexual no momento em que os abusos ocorreram. Quase todos disseram pertencer a alguma religião, e 66% frequentavam alguma instituição religiosa no momento do crime. Em relação à história de vida, a média de início de trabalho foi de 10 anos; 37,5% moravam com os pais junto com cinco a oito irmãos e tinham poucos amigos (28%) na infância. Em relação a vítima, a maior parte era do sexo feminino (94%); sendo que em 34,37% dos casos a vítima era enteada do agressor e em 21,87%, era a filha. Concernente à definição de criança, 28,12% dos entrevistados as definiram como “ser para cuidar” e 25% como “muito boa/alegria”. A maior parte (81,25%) nega o abuso. O presente estudo encontrou dados que corroboram com as teorias internacionais que descrevem o abusador sexual infantil. Para maior confiabilidade de alguns dos dados, mais pesquisas se mostram necessárias.

Palavras chave: Abuso sexual. Abusador sexual. Crianças e adolescents. Variáveis.

Abstract

Sexually abusing children causes damages to society, so identifying related variables to this behavior make possible a better understanding of this phenomenon, helping the development of intervention. This paper aimed at surveying possible variables related to the child sexual abusing behavior, its development and maintenance. For this it was used a semi-structured interview guide with 32 individuals condemned participants based on 217A criminal code article were interviewed. Participants showed age average of 43.25 years and average income of R\$1,439.00 and 90.63% had labor activity; they had 4 years of education and only 15.63% were deprived of sexual activities when abuse occurred. Almost everyone declared to have religious beliefs when abused happened. About their history, they started working when were 10 years old; 37.5% lived with parents and 5 to 8 siblings; they had few friends (28%). About victims, most were female (94%) abused by stepfather (34.37%) and father (21.87%). 28,12% defined children as “to be cared” and 25% as “very good/joy”. Many (81.25%) denied the abuse. The study found data that confirm international models that describe child sexual abusers. For more reliable data, more studies are necessary.

Key-words: Sexual abuse. Sexual abuser. Child and adolescents. Variables.

INTRODUÇÃO

O abuso sexual é uma das mais frequentes formas de violência cometidas contra crianças e adolescentes, ocorrendo em todas as classes sociais e em diversos países, sendo no ambiente familiar sua maior ocorrência. O abuso sexual infantojuvenil é muitas vezes silenciado pelo tabu em torno do assunto e pelo uso do poder exercido pelo agressor (Baptista, França, Costa, & Brito, 2008). Padilha (2007) retrata que, mais que uma agressão de natureza sexual, o abuso sexual é uma agressão psicológica contra a criança e o adolescente, que, embora possa não deixar marcas físicas, não representa um problema de menor gravidade.

De acordo com um levantamento realizado pelo Ministério da Saúde em 2011, a violência sexual contra crianças e adolescentes de até 15 anos é a segunda forma de violência com maior ocorrência (Portal da Saúde, 2012). No município de Londrina, foram registrados 120 casos de violência sexual em 2002 e 186 casos em 2006, também referente a crianças e adolescentes de 0 a 15 anos (Martins, 2008), sendo que a população estimada de Londrina nesses anos era, respectivamente, de 460.909 e 495.656 habitantes, segundo o Portal da Prefeitura de Londrina⁴. Estes números impressionam ainda mais se considerarmos que o número de denúncias representa apenas uma pequena parcela do número real de casos. Vários fatores influenciam na subnotificação, o medo da criança em ser punida, a falta de credibilidade no relato da criança, negação e confusão da criança relacionada à autoria e responsabilidade do abuso, medo da família em revelar o abuso, coerção física e psicológica do abusador, morosidade no processo de julgamento desses casos, entre outros.

O abuso sexual inclui uma série de comportamentos emitidos por um adulto ou adolescente mais velho, em direção a uma criança ou adolescente, para obtenção de

⁴ Portal da Prefeitura de Londrina. Disponível em http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=163&Itemid=66>. Acesso em 6 nov. 2013.

gratificação sexual. A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA, 2002), define o abuso sexual como:

Situação em que uma criança ou adolescente é usada para gratificação sexual de um adulto, baseada em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, “voyeurismo”, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem utilização de violência física. (p. 8)

Como resultado do abuso para a vítima, temos consequências físicas e comportamentais, que vão desde sinais físicos a alterações no comportamento. Os sinais físicos podem aparecer sob a forma de lesões decorrentes do ato, o contágio de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez, entre outros. Já as alterações no comportamento da vítima podem aparecer sob a forma de isolamento social, comportamentos que demonstrem sentimentos de culpa e vergonha, comportamentos agressivos, uso de drogas, comportamentos não compatíveis com seu nível de desenvolvimento, sexualidade excessiva, dificuldade em estabelecer relacionamentos interpessoais, distúrbios alimentares, entre outros comportamentos. Todas essas consequências podem acarretar uma série de implicações econômicas para a vítima, sua família, ou para o Estado, no que diz respeito às possíveis intervenções necessárias, relativas aos danos causados pelo abuso, tais como psicoterapia e tratamento médico. Williams (2003), resumindo outros autores descreve esses sinais comportamentais da seguinte maneira:

Altos níveis de ansiedade, distúrbios no sono, distúrbios na alimentação, distúrbios de aprendizado, comportamento agressivo, apatia ou isolamento, comportamento tenso (estado de alerta), regressão a comportamento infantil, tristeza, abatimento profundo, comportamento sexualmente inapropriado para sua idade, faltas

frequentes à escola, desconfiança de adultos, choro sem causa aparente, entre outros. (pp. 1-2)

Os sinais comportamentais apresentados pela vítima, na maioria das vezes, não são facilmente percebidos pelas pessoas que estão à sua volta, geralmente só são identificados por profissionais com conhecimento na área, pessoas com treinamento ou conhecimento dos possíveis indicativos de abuso sexual.

Apesar da relevância de se estudar esse tema, foi encontrado poucos estudos a esse respeito. A busca bibliográfica por artigos científicos foi realizada *on-line*, por meio do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES⁵) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, IBICT.

Nas bases de dados, foram procurados artigos que mantivessem relação com algumas palavras chave, relacionadas ao tema da pesquisa. Na busca, foram utilizadas as palavras: child sexual abuser, pedophile, pedophilia, child abuse, characteristics, rapist, profile. No início da busca, foram feitas combinações com as palavras chaves, mas, diante da escassez de artigos relacionados ao tema, foram feitas buscas sem combinações de palavras. Os resumos dos artigos encontrados eram analisados e recuperados se apresentassem relação com o tema.

Dentre os estudos encontrados sobre o abusador sexual infantil, uma considerável parcela discute a respeito da pedofilia (e.g. Felipe, 2006; Hall & Hall, 2007), sua etiologia, comorbidades e características biológicas (e.g. Devoto & Aravena, 2003; Malón, 2012; Poepl et al., 2013). Apesar da maior parte dos trabalhos tratarem o abuso sexual infantil como um sinônimo de pedofilia, é preciso ressaltar ao se fazer esse tipo de associação, já que o termo “pedófilo” designa uma parafilia, descrita pelo DSM-V, pela Associação Psiquiátrica Americana (APA, 2013). Para ser caracterizado como pedófilo ou Transtorno

⁵ Disponível em <http://periodicos.capes.gov.br>. Acesso em 2 nov. 2013.

Pedofílico, o indivíduo precisa apresentar desejos recorrentes por pré-púberes, por um período superior a seis meses, sem a necessidade de apresentar comportamentos de abuso sexual, ter pelo menos 16 anos e uma diferença de cinco anos com a vítima ou indivíduo pelo qual tem esse desejo (APA, 2013). Sendo assim, para que um indivíduo seja diagnosticado como pedófilo, não necessita que tenha cometido algum abuso sexual, e nem o abusador sexual apresenta, necessariamente, perfil que se enquadre dentro das características para pedofilia, de acordo com o DSM-IV. Em relação à proporção de indivíduos que preenchem os critérios para o diagnóstico de pedofilia, Baltiere (2005) realizou um estudo com indivíduos presos por crimes sexuais de crianças, adolescentes e adultos no estado de São Paulo, e encontrou, dentro de sua amostra, uma proporção de 20% de indivíduos pedófilos em agressores sexuais de crianças (n=101) e 3,5% em agressores sexuais de adolescentes (n=56). Dessa forma, pouco se sabe sobre o abusador, principalmente na literatura nacional encontrada, limitando o conhecimento sobre explicações em relação ao comportamento desses indivíduos. Dentre os estudos encontrados, foram selecionadas as explicações da Teoria do Fator Único e a Teoria dos Múltiplos Fatores (Araji & Finkelhor, 1986), e a Teoria da Síndrome da Adição (Furniss, 1991/1993), que serão discutidas em sessão posterior. Como essas literaturas são de origem internacional, não se sabe ao certo se esses dados podem ser estendidos para o cenário nacional.

A falta de literatura especializada dificulta o desenvolvimento de programas de intervenção e prevenção com a população. Os indivíduos são detidos e presos, mas o sistema não apresenta meios específicos para modificação do comportamento problema, o que ocorre é apenas uma possível punição, com a retirada da liberdade e diminuição, quando não privação, do contato social.

O Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes

A definição de abuso sexual apresentada, descrita como o comportamento em que um adulto utiliza de uma criança ou adolescente para obter gratificação sexual, pode deixar margens para várias interpretações, principalmente com o uso do termo “gratificação sexual”. Em relação à delimitação da terminologia utilizada para descrever um objeto de investigação, Cozby (2003) discute a necessidade de se operacionalizar esse termo, uma vez que essa clareza em relação ao objeto de estudo é ponto fundamental para o método científico. Segundo Haugaard (2000), não há concordância quanto o que é definido abuso sexual infantojuvenil, entretanto, salienta que definições gerais podem superestimar o número de casos, e definições muito específicas podem subestimar esses casos.

Nesse caso é importante utilizar definições operacionalizadas que não deixam margens para interpretações subjetivas, como na definição de Eisenstein (2004), em que o abuso sexual é definido como:

Qualquer ato ou contato sexual de adultos com crianças ou adolescentes, com ou sem o uso de força ou violência, que pode ocorrer num único ou em vários episódios, de curta ou longa duração, e que resulta em danos para a saúde, a sobrevivência ou a dignidade da vítima.(. . .) pode se manifestar através de maus tratos, exploração sexual ou comercial, molestamento, exibicionismos, manipulação, masturbação, estupro, contatos orogenitais, inserção de objetos ou penetração vaginal ou retal, quando a vítima é forçada por medo, ameaças ou violência física. (p. 26)

Spradlin, Saunders, Willians e Rea (2003), ao discutir alguns métodos de tratamentos para abusadores sexuais de crianças e adolescentes, definiu esta forma de abuso como um comportamento sexual inapropriado, tendo como resposta alvo de observação a excitação peniana, pois, esta seria, segundo esses autores, o elo inicial do

comportamento de abusar. Esse estudo utilizou como variável independente, figuras, imagens e a presença de crianças e adolescentes para a observação da resposta de excitação peniana, que era medida com um pletismógrafo peniano, aparelho que mede a alteração da pressão e volume do pênis.

Os resultados do estudo de Spradlin et al. (2003) demonstram a validade em se analisar a resposta de ereção peniana para investigar a excitação sexual por crianças e adolescentes, pois é uma medida segura de avaliação da excitação. Entretanto, trabalhar a resposta de ereção peniana para definição de excitação sexual, é uma tarefa extremamente complexa, pois, além de possíveis questões éticas e morais, só entramos em contato com o indivíduo muito tempo depois de o comportamento ter ocorrido. Além disso, outro fator que merece atenção é que, possivelmente, algumas situações de abuso ocorrem sem que o abusador apresente, necessariamente, uma ereção peniana.

Até mesmo as leis que protegem as crianças contra o abuso sexual não delimitam com clareza o comportamento delituoso. Essas leis deixam clara a intenção relacionada à promoção dos cuidados aos menores, como no artigo 227 da Constituição Federal (Brasil, 1988), o dever imposto à família, à sociedade e ao Estado, dos direitos aos menores de idade, bem como da obrigação das três instituições na promoção de deixá-los a salvo da negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. No parágrafo 4 do artigo 227, é discutida a questão da punição ao comportamento delituoso: “lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”. A falta de clareza na definição, principalmente na hora de se avaliar como crime ou não, deixa lacunas para interpretação de quem julga e propicia ferramentas para fins de absolvição, para aqueles que trabalham na defesa desses abusadores.

Assim, o abuso sexual pode ser considerado como uma classe de comportamentos em que adultos utilizam de crianças em atos e jogos sexuais, seja acariciando partes

genitais, ou induzindo a criança a acariciá-lo; ou ainda exibindo partes sexuais, incluindo a penetração, sendo esta oral, anal ou vaginal. Tais comportamentos ocasionam uma sérios prejuízos físicos e psicológicos para a vida da vítima, e para isso o adulto aproveita de uma relação de poder que tenha sobre a vítima, que pode ser definida por uma autoridade de poder, como ocorre em uma instituição familiar (como por exemplo, o pai, o padrasto ou o irmão mais velho), um professor ou treinador; poder físico (estrutura física de um adulto em relação à vítima); coerção psicológica (ameaça e chantagem referentes a integridade física da vítima de entes queridos). Na maioria dos casos o agressor também pode usar de sua relação afetiva e de confiança que mantém com a criança.

As Variáveis Envolvidas no Comportamento de Abusar Sexualmente de Crianças e Adolescentes

De acordo com Cozby (2003), variáveis são quaisquer eventos, situações ou comportamentos, que possuam pelo menos dois valores, sejam eles numéricos ou quantitativos e de categoria. A Análise do Comportamento trabalha com dois diferentes tipos de variáveis ao descrever o comportamento humano, as variáveis dependentes e independentes. Segundo Skinner (1953/2003), variável dependente é aquela resposta alvo que estamos estudando (no presente estudo, abusar sexualmente de crianças e adolescentes), e variável independente são as variáveis externas das quais o comportamento é função.

Um grande número de variáveis pode fazer parte das contingências envolvidas no comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescente, dentre elas, várias categorias como a idade, sexo, classe social, estado civil, escolaridade, situação em que o abuso ocorreu, horário, local, se a vítima estava só, relação do agressor com a vítima, abordagem do agressor para com a vítima, e as consequências do abuso para a vítima e agressor.

Na maior parte das vezes, o indivíduo que comete violência sexual contra crianças e adolescentes, utiliza de algum tipo de poder que tem sobre a criança ou adolescente para cometê-lo, podendo ser poder físico (força física); poder hierárquico exercido na relação, como no exemplo de um pai, padrasto, madrasta, tio, ou mesmo um profissional que trate dos cuidados da criança; ou pela apresentação de possíveis reforçadores para o adolescente ou criança, como dinheiro, doces, roupas e objetos (APRAPIA, 2002; Baptista et al., 2008).

Serafim, Saffi, Rigonatti, Casoy e Barros (2009), realizaram uma revisão bibliográfica sobre o tema, diferenciando o pedófilo do abusador sexual de menores, entretanto, mantêm o termo pedófilo, tendo em vista a literatura especializada não apresentar definições a respeito do abusador sexual no contexto criminológico. Sendo assim, para esses autores o pedófilo pode ser abusador ou molestatador, pedófilo molestatador situacional, e pedófilo molestatador preferencial. Estas definições dependem de como o abusador comete seus delitos, se ele aproveitou da situação e se usou de agressão.

Em relação ao abuso, Serafim et al. (2009), relatam que os crimes sexuais são na maioria das vezes premeditados, e apresentam um “*modus operandi*” (modo como os abusadores cometem o crime), que, na medida que os abusos ocorrem, vão sendo refinados. Os abusadores, apesar de entenderem que estão agindo fora da lei, acreditam que seu comportamento é aceitável, e que não estão cometendo nenhum crime.

De uma forma geral, grande parte dos abusadores que cumpre pena voltam para a penitenciária, sendo que em dois anos, esse percentual chega a 77% de reincidência, além disso, quanto maior a violência no abuso, maior a probabilidade de reincidência (Serafim et al., 2009). Esses dados revelam a importância de se desenvolver procedimentos de intervenção com a população que cometeu algum tipo de delito sexual contra crianças e adolescentes. Quando esses indivíduos estão presos, tem-se a possibilidade de realizar

intervenções focando o comportamento problema, pois, é quando o poder público possui controle maior para trabalhar o desenvolvimento de comportamentos incompatíveis daqueles de abusar sexualmente.

Os indivíduos que cometem abusos sexuais são na grande maioria homens, mas também há relatos de abusadores sexuais infantis do sexo feminino. Segundo dados da Comissão Canadense de agressão contra a criança e o adolescente, 1,2 % dos relatos de suspeita de abuso são cometidos por mulheres, sendo que as mulheres abusadoras utilizam menos de agressividade, e abusam mais de meninos que de meninas (Peter, 2009). Duas características culturais podem camuflar alguns casos de abuso, além de explicarem o menor uso de força física por mulheres. Em primeiro lugar, as mulheres exercem em nossa sociedade o papel de cuidadora, o que permite ter maior contato com o corpo de crianças, sem a possibilidade de questionamento; em segundo lugar, temos o fato de que alguns garotos são iniciados sexualmente por mulheres mais velhas, o que parece ser culturalmente aceitável (Böhm, 2012).

Os dados encontrados sobre o sexo do agressor sexual infantil corroboram com os dados encontrados por Martins (2008), em que a grande maioria dos abusadores de crianças e adolescentes de até 15 anos, que chegaram até o conselho tutelar e a atendimentos aos adolescentes e crianças vitimadas na cidade e Londrina, eram do sexo masculino (98% em 2002 e 97% em 2006).

Os abusos também podem ser intrafamiliares ou extrafamiliares (Furniss, 1991/1993; Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005; Ribeiro, Ferriani, & Reis, 2004). Os abusadores intrafamiliares são os parentes da vítima e os abusadores extrafamiliares são vizinhos, conhecidos, desconhecidos e profissionais que abusam das crianças com as quais trabalham. Estes últimos são em geral pessoas que, por trabalhar como cuidadores, tem acesso livre a essas crianças. Em seu estudo, Martins (2008)

encontrou o padrasto como sendo o principal agressor sexual (25% em 2002 e 30% em 2006), seguido de outros parentes (18% em 2002 e 22% em 2006), vizinhos (13% em 2002 e 18% em 2006), desconhecidos (5,8% em 2002 e 3,8% em 2006), amigos da família (4,2% em 2002 e 8,6% em 2006), e o próprio pai (30% em 2002 e 7% em 2006).

Salvagni e Wagner (2006) encontraram dados sobre o abusador que demonstram que 70% dos casos eram de abuso intrafamiliar e 63% das vítimas eram do sexo feminino. Böhm (2012) encontrou dados semelhantes em sua amostra de indivíduos suspeitos por terem cometido violência sexual contra crianças e adolescentes, que, dos adultos suspeitos por cometer abuso sexual infantojuvenil, em 87% dos casos o abuso havia ocorrido na casa da vítima, a maior parte dos abusos era intrafamiliar, nos quais os principais abusadores eram o pai (39%), seguido do padrasto (27%), familiar próximo (10%) e conhecido (22%). Além disso, a maior parte era branca (64%) e apresentava algum nível de escolarização (entre a 5ª e 8ª série do ensino fundamental), sendo que apenas 12,5% não eram alfabetizados. Ademais, 51% estavam em união estável e 85% tinham renda própria.

Como características comportamentais, Böhm (2012) identificou comportamento agressivo em 58% dos casos, controlador (65%), que fazia abuso de álcool (63%), e abuso de drogas (22%). Martins (2008) também constatou que a maior parte dos abusos ocorre na casa da vítima (53% em 2002 e 2006), e segundo Guerra (2000 como citado em Martins, 2008), 77% dos abusadores usaram suborno e ameaça para garantir o silêncio das vítimas (de 0 a 18 anos de idade). Baltiere (2005) encontrou uma diferença em relação ao abuso de substâncias psicoativas, de forma que o abuso de drogas ilícitas era maior em abusadores sexuais de adultos, enquanto em abusadores de crianças, o abuso de álcool era maior. Destaca-se ainda que o consumo dessa substância estava presente no momento do crime em metade dos casos de abusos em crianças. Já em relação ao abuso de substância em

agressores sexuais de adolescentes, Baltiere identificou uma amostra de 30% de indivíduos com problemas com álcool e 8% com problemas com drogas.

Segundo Araji e Finkelhor (1986), várias teorias buscaram compreender porque adultos abusam sexualmente de crianças, essas teorias formulam uma série de teorias que identificam um ou uma dupla de mecanismos que possam explicar o interesse sexual por crianças, e são conhecidas como Teorias de Fator Único. Em separado, não possibilitam explicar de maneira ampla o abuso sexual, de modo que, isoladas, mostram-se insuficientes para explicar a complexidade desse comportamento, assim eles englobam essas teorias em quatro grandes fatores, formando o Modelo dos Quatro Fatores, ou teoria dos Múltiplos Fatores. Dentre essas categorias estão a Congruência emocional, Excitação ou Desejo sexual, Bloqueio e Desinibição.

Na Congruência Emocional, Araji e Finkelhor (1986) discutem que alguns adultos se atraem por crianças pela sua falta de dominância, atraso no desenvolvimento, imaturidade, baixa autoestima, domínio de um trauma pela repetição, identificação com a agressão, narcisismo e socialização masculina para a dominância; na teoria da Excitação ou Desejo Sexual, são discutidas as variáveis de intensificada excitação por crianças, condicionamento do abusador a partir de condicionamento na primeira infância, e suas possíveis anormalidades hormonais, atribuição errada ao estímulo que causa excitação e socialização pela pornografia infantil; já em relação aos Bloqueios, é colocada a dificuldade em se relacionar com adultos do sexo feminino, habilidades sociais inadequadas, ansiedade sexual, dinâmicas edipianas mal resolvidas, distúrbios no relacionamento romântico e sexual adulto, normas repressivas sobre comportamento sexual; e por último, a Desinibição, que engloba teorias de desordens de impulso, senilidade, retardo mental, álcool, falhas no mecanismo de evitação do incesto, situações de estresse, tolerância cultural e normas patriarcais.

Para Furniss (1991/1993), o abusador sexual de crianças e adolescentes apresenta características semelhantes ao de outros indivíduos que apresentem problemas com dependência química, construindo a teoria da Síndrome da Adição para abusadores de crianças e adolescentes. Segundo esta teoria, os abusadores saberiam ser o abuso errado e nocivo para a criança, o abuso serviria de alívio a uma tensão anterior (reforço negativo), processo conduzido pela compulsão e repetição, tentativas de parar, baixa capacidade para frustração e fuga da realidade, alívio da tensão em relação ao abuso, negação da dependência e sintomas de abstinência.

Todos os dados e teorias encontradas sobre o abusador sexual infantojuvenil visam delimitar algumas das possíveis variáveis envolvidas no abuso, a fim de ajudar a dissolver crenças e desconstruir estereótipos relacionados ao abuso e ao abusador, possibilitando novas formas de interpretações em relação às características desses indivíduos e seus comportamentos, fugindo da antiga visão estigmatizada de doença sem perspectiva de cura. Se o que eles apresentam são comportamentos (que resultam em prejuízos para a sociedade), e comportamentos são aprendidos, pode-se pensar na possibilidade da alteração desses comportamentos.

Diante da relevância do problema, seja pela proporção de casos ou pelas consequências na vida das vítimas, ou também pela falta de estudos que abordem questões relacionadas ao abusador sexual infantojuvenil, o presente trabalho, teve como objetivo levantar variáveis que possam estar envolvidas no comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes, a partir do relato de indivíduos que foram condenados por esses abusos, e que se encontram no município de Londrina, no Paraná.

Método

Participantes

A pesquisa foi realizada com todos os indivíduos do sexo masculino da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) que aceitaram responder a entrevista e que estavam presos por terem violado o artigo 217A do Código Penal (totalizando 32 indivíduos) que trata da prática de conjunção carnal ou ato libidinoso sexual contra menores de 14 anos ou indivíduos que por alguma enfermidade ou deficiência não sejam capazes de discernir o ato sexual ou que não possam apresentar resistência (Brasil, 2009). Tais participantes aceitaram responder a entrevista e não demonstraram quaisquer sinais que indicassem o desenvolvimento de problemas psicológicos relacionados ao relato de sua história de vida, bem como falar sobre o crime pelo qual foram condenados.

Local

As entrevistas foram realizadas na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL), na cidade de Londrina, em sala, horários e dias reservados e disponibilizados pela instituição.

Procedimento

Inicialmente foi realizado contato com a psicóloga e com o responsável pela Penitenciária Estadual de Londrina, explicitando os objetivos da pesquisa e solicitando seu desenvolvimento. Após contato com a instituição, foi encaminhado ao Juiz da Vara de Execuções Penais e Corregedor dos presídios do foro central da comarca de Londrina, um pedido de autorização, contendo resumo do trabalho, procedimentos, análise dos riscos, bem como protocolo de entrevista para a aprovação de entrevista com os condenados.

Após autorização do Juiz, foi encaminhada a proposta ao Comitê de Ética com humanos para a aprovação da pesquisa. O levantamento dos indivíduos que estão condenados pelo crime 217A foi realizado pela instituição, que possui banco de dados que possibilita identificar esses indivíduos, tendo como base o número do artigo que foi violado e se o indivíduo já se encontra condenado ou não. Somente posterior a esse levantamento, a entrevistadora obteve a lista com os nomes dos indivíduos que se enquadram nos objetivos da pesquisa.

Após a aprovação do comitê de ética, foi assinado o Termo de Sigilo e Confidencialidade (Apêndice B). Depois do levantamento dos condenados pelo Artigo 217A, foram realizados os convites aos presos, primeiramente de forma verbal, explicitando os objetivos, benefícios e riscos da pesquisa, de forma clara e em linguagem acessível, bem como os riscos envolvendo moral, social e aspectos que pudessem se relacionar com algum tipo de sofrimento. Foi então disponibilizado um tempo para que os mesmos pudessem refletir sobre os possíveis danos e benefícios e que pudessem decidir por livre e espontânea vontade se desejavam participar da pesquisa, podendo dessa forma consultar parentes ou quaisquer pessoas que pudessem ajudá-los na decisão.

Posteriormente ao convite, foi apresentado aos detentos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C), em que são explicitados novamente os objetivos, benefícios e riscos da pesquisa, para que então assinassem, concordando em participar da entrevista.

As entrevistas tiveram tempo médio de 50 minutos, e foram realizadas em um único encontro pela pesquisadora e uma observadora para concordância dos dados. As entrevistas tiveram perguntas relacionadas à história de vida desses indivíduos, e apenas ao final, foi questionado sobre o crime pelo qual foram condenados, para que eles pudessem

falar o que ocorreu, e como entendem o ocorrido, sem quaisquer apresentações de julgamento moral por parte da entrevistadora.

Por se tratar de uma entrevista sobre a história de vida desses indivíduos, bem como de eventuais situações que pudessem gerar desconforto, algumas entrevistas tiveram seu tempo estendido em aproximadamente 20 minutos, de forma que não foi necessário realizar mais de um encontro para a realização das entrevistas.

Após o término das entrevistas foi realizado *follow-up* com todos aqueles que participaram, a fim de avaliar seu estado psicológico. O follow-up iniciou-se com os entrevistados de 3 a 4 semanas após a entrevista. Esses novos encontros tiveram como objetivo identificar possíveis danos causados aos indivíduos, e ajudar a desenvolver e reelaborar fatos de sua história de vida.

Após a realização das entrevistas e do follow-up, foram apresentados à psicóloga da instituição relatórios sobre os dados dos entrevistados e do follow-up, colocando a mesma a par do que havia sido discutido, possíveis pedidos realizados pelos detentos, bem como possíveis comportamentos ou acompanhantes comportamentais de sofrimento que pudessem indicar algum tipo de atenção especial. Além disso, a pesquisadora se manteve e se manterá em contato com a psicóloga da instituição, acompanhando as possíveis consequências das entrevistas. Os entrevistados foram informados que, caso eventuais problemas ocorram, deverão contatar a psicóloga da instituição, para que a mesma entre em contato com a pesquisadora e sejam realizados os procedimentos referentes à minimização e reparação dos possíveis danos decorrentes da pesquisa. Os dados das entrevistas foram analisados quali-quantitativamente, buscando identificar as variáveis em comum em seus relatos de história de vida e do crime pelo qual foram condenados.

Após o término da pesquisa, foi confeccionado relatório final da pesquisa que será apresentado para a psicóloga da instituição, bem como seus responsáveis, e para o Juiz da Vara de Execuções Penais.

Instrumentos

Roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice A).

Delineamento

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as características dos abusadores sexuais de vulneráveis, em busca de informações sobre o abuso, a relação que mantinham com a vítima e, principalmente, a história de vida dos participantes.

O tipo de delineamento utilizado será o pré-experimental de caso único, também do tipo *survey*. Estudos pré-experimentais possuem pouca validade quanto à conclusão de seus dados, tendo em vista o pouco controle das variáveis. Entretanto, descartar o estudo por conta da falta de ferramentas mais seguras, impossibilita o avanço do conhecimento em determinadas áreas, principalmente de problemas sociais, dos quais não temos possibilidade de controlar as variáveis que possam ter relação com o comportamento a ser estudado.

É preciso, portanto, ter cuidado na análise dos dados, quanto às características encontradas que podem ser descritas como “possíveis variáveis do comportamento de abusar”, desta forma, pesquisas posteriores se fazem necessárias para maior confiabilidade das variáveis encontradas.

Análise dos dados

Foi realizada análise quantitativa nos dados que podem ser puramente mensuráveis, como por exemplo, idade, profissão e escolaridade, em seguida, será feito uma análise do discurso, e, alguns trechos das entrevistas serão categorizados e quantificados posteriormente. Esse estudo conta com o relato verbal dos condenados, do qual não existe um grande controle quanto à veracidade dos fatos, principalmente diante dos problemas envolvendo pesquisa com entrevista, a saber, os problemas metodológicos que o relato verbal apresenta, em se tratando da opinião ou informações que alguém faz de algum fato, sem maior forma de controle quanto à relação entre o que é dito e o que realmente aconteceu. Na análise das variáveis foi levada em conta a forma como o indivíduo relata os fatos de sua vida, como por exemplo, “como eram as características de seus pais” que serão de alguma forma subjetivas as próprias relações com os pais. A descrição de situações e lembranças do passado objetivou elucidar um pouco da história de vida desses indivíduos.

Quando falamos de entrevistas, um grande número de variáveis, das quais não se tem controle podem estar em ação na hora do relato. Em relação aos abusadores, a opinião que eles têm quanto à entrevista, a função que pode ter a mesma, os estados de privação de liberdade, de contato social, em especial de atenção por uma audiência não punitiva, podem ter influenciado suas respostas. Sendo assim, a presente pesquisa busca identificar as possíveis variáveis que apareçam com maior frequência e possam fazer parte das contingências envolvidas no abuso.

Resultados

A unidade penitenciária na qual foi realizado o estudo, conta com aproximadamente 650 presos, desse montante, 59 indivíduos apresentavam critérios de inclusão para a presente pesquisa. Desse total, 27 deles não permaneceram na instituição até a data das entrevistas ou não aceitaram participar da entrevista, totalizando 32 entrevistas realizadas. Os resultados das entrevistas serão apresentados com dados descritivos dos dados demográficos e socioeconômicos e resultados qualitativos da história de vida.

A idade média dos entrevistados no momento em que cometeram o crime foi de 43,25 anos, com mediana de 44 anos e desvio padrão de 11,6 anos, de modo que o entrevistado mais novo tinha 21 anos e o mais velho 73 anos no momento do crime. O tempo médio de prisão dos entrevistados foi de 234,81 meses (aproximadamente 19 anos e 7 meses), mediana de 180 meses (15 anos) e desvio padrão de 152 meses (12 anos e 8 meses). O indivíduo com pena menor foi de 8 anos e 8 meses e com a maior pena, 73 anos.

A renda média dos entrevistados na época do crime foi de R\$1.439,00, com mediana de R\$1200,00, e desvio padrão de R\$ 761,84. O nível médio de escolaridade foi de 4 anos de estudo, com indivíduos que não estudaram nenhum ano até indivíduos que fizeram o 2º ano do segundo grau, até o momento da prisão. Um dos participantes relatou ter feito o primeiro ano no anexo penitenciário, outro concluiu o 2º ano do Ensino médio na Penitenciária, e um terceiro que foi preso tendo apenas a 8ª série está cursando atualmente o ensino superior de teologia.

O estado civil dos indivíduos foi avaliado entre o momento em que foram presos e o estado atual, categorizados como: 1) casado ou amasiado, 2) namorando, 3) separado ou solteiro, 4) viúvos e 5) não sabiam descrever seu status de relacionamento devido à falta de

contato com as antigas parceiras. Dos 32 entrevistados, 25 (78%) disseram estarem casados ou amasiados quando foram presos, 2 (6%) namoravam e 5 (16%) eram solteiros ou separados. Atualmente, 11 (34%) se dizem casados ou amasiados, 15 (47%) relatam estarem solteiros ou divorciados, 1 (3%) está viúvo e 5 (16%) não souberam dizer seu status de relacionamento. Também foi investigado o número de filhos de cada entrevistado, sendo que a média e mediana foi de quatro filhos, com desvio padrão de 2,66.

Em relação a sua denominação religiosa, 16 (50%) se denominam como evangélicos, 14 (44%) como católicos e 2 (6%) disseram não pertencer a nenhuma denominação religiosa. Na época em que ocorreram as denúncias, 21 (66%) relataram frequentar com regularidade alguma religião, 6 (19%) frequentavam sem regularidade e 5 (16%) disseram não frequentar nenhuma igreja. Os presos têm a opção de frequentar cultos religiosos dentro do presídio, esses cultos ocorrem nos dias em que os presos ficam no pátio (fora de suas celas), 4 (13%) relataram não frequentar esses cultos, 5 (16%) relataram frequentarem algumas vezes, 20 (63%) sempre, e 3 (9%) disseram realizar práticas religiosas sozinhos (leitura de bíblia e orações individuais).

A idade média com que os entrevistados começaram a trabalhar foi de aproximadamente 10 anos, mediana de 10 anos e desvio padrão de 2,82 anos. 22 deles relataram ter começado a trabalhar com a agricultura, seja para ajudar seus pais ou mesmo sendo remunerados; os demais executavam suas primeiras atividades como vendedor de verdura, panfletagem, servente, carregador, catador de latas, lojas ou oficinas mecânicas.

Do total dos 32 entrevistados, 22 são nascidos no estado do Paraná, 4 no estado de São Paulo, 2 em Pernambuco, e os outros 4 são dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Maranhão.

A idade média de iniciação sexual dos entrevistados foi de 18,13 anos, com mediana de 17,5 anos e desvio padrão de 4,7 anos, sendo que apenas 30 entrevistados

conseguiram responder a essa pergunta, pois dois deles não lembravam a idade de iniciação sexual. A idade de iniciação sexual mais precoce foi de 8 anos com a “babá do vizinho” de 17 anos, seguido por 11 anos com a namorada de mesma idade e três outros aos 14 anos, sendo que um foi com uma mulher de 33 anos, um com a empregada (não lembra da idade da mesma) e o terceiro com uma mulher de 19 anos. 15 se relacionaram pela primeira vez dos 15 aos 18 anos, e 11 dos entrevistados tiveram sua primeira relação sexual depois dos 18 anos.

Dos entrevistados, 30 (93,75%) relataram não terem histórico de problemas psiquiátricos e 2 (6,25%) relataram já terem sido internados em hospital psiquiátrico.

Foi investigado também o consumo de algumas drogas na época em que o crime ocorreu. Para esta investigação, foi usado o Teste de triagem de envolvimento com álcool, cigarro e outras substâncias da Organização Mundial da Saúde de 2002, em sua versão Brasileira (Henrique, Micheli, Lacerda, Lacerda, & Formigoni, 2004). Este teste questiona o uso de substâncias como derivados do tabaco, bebidas alcoólicas, maconha, cocaína ou crack, anfetaminas ou êxtase, inalantes hipnóticos ou sedativos, alucinógenos, opondes e outras drogas, categorizando seu consumo em nunca, 1 ou 2 vezes no período selecionado, mensalmente, semanalmente e diariamente ou quase todos os dias. Como resultados de derivados do tabaco, 20 tinham o uso diário ou em quase todos os dias (31,25%), 2 faziam uso semanal (6,25%) e os demais (31,25%) nunca faziam uso. Em relação ao uso de maconha, 26 participantes relataram nunca fazer o seu consumo (81,25%), 2 faziam uso semanal (6,25%) e 4 faziam uso diário ou quase todos os dias (12,5%). Já em relação às bebidas alcoólicas, 13 disseram fazer uso semanal (40,63%), 10 disseram nunca fazer uso (31,25%), 8, uso diário ou em quase todos os dias e 1 participante relatou fazer uso mensal (3,13%). A maior parte dos participantes (84, 38%) disseram nunca fazer uso de crack ou cocaína, 2 disseram fazer uso diário ou em quase todos os dias (6,25%), 1 uso semanal

(3,13%), 1 uso mensal (3,13%) e 1 fez uso uma ou duas vezes na época do crime (3,13%). Foi negado o uso das demais drogas avaliadas.

Grande parte dos 32 entrevistados (56,25%) relatou não ter qualquer passagem pela justiça, 14 (43,75%) relataram algum problema com a justiça, sendo que 4 relataram ter passagem por brigas, 2 por estelionato, 2 por pensão, e os demais por problemas com documentos e acidentes de trânsito, agressão a mulher, tentativa de homicídio, roubo, homicídio e porte de armas.

Em relação ao histórico familiar de problemas com a justiça, 22 (68,75%) relataram que não sabem ou não tem ninguém na família com problemas com a justiça, e 10 (31,25%) relataram problemas de algum parente com problemas como tráfico e homicídio.

A maioria dos entrevistados (93,75%) cometeu crimes sexuais contra pessoas do sexo feminino e apenas 2 (6,35%) contra o sexo masculino. A relação que tinham com as vítimas constitui-se como: 11 (34,37%): padrastos de suas vítimas, 7 (21,87%): pais, 5 (15,625%): conhecidos (conheciam a família ou já havia encontrado a pessoa algumas vezes), 3 (9,375%): tios, 2 (6,35 %): vizinhos e 2 (6,35%): avôs; dois outros entrevistados eram o pai e tio das vítimas e avô e tio das vítimas. Sendo assim, 25 (78,125%) caracterizando crimes intrafamiliares e apenas 7 (21,875%) extrafamiliares.

As entrevistas foram conduzidas seguindo a ordem cronológica de vida dos entrevistados, assim, os dados em relação às suas histórias de vida serão apresentados em período da infância (0 aos 8 anos), puberdade (9 aos 14), adolescência (15 aos 18) e período em que o crime teria ocorrido.

A maioria dos indivíduos relatou morar com os pais e irmãos na infância, sendo que 12 (37,5%) moravam com os pais e com 5 a 8 irmãos, 11 (34,35%) moravam com os pais e até 4 irmãos, e 6 (18,75%) moravam com pais e mais de 8 irmãos. Em relação aos demais, 1 relatou morar com os pais, mas passar maior parte da infância com cuidadora (não relata

a presença de irmãos); 1 relatou morar só com o pai até os 3 anos e depois morar com a madrinha e suas filhas, e 1 morou na infância com os avós e tios. Dentre os que moravam na infância com os pais, 2 dos entrevistados passam a morar com os avós, 1 com o pai apenas, e 1 vai para o orfanato.

Foram investigadas as características dos cuidadores dos entrevistados durante sua infância, em especial o pai e a mãe. Os participantes podiam apontar mais de uma qualidade. Segundo seus relatos, 40,63% descreviam suas mães como boa ou muito boa, 25% como calma/tranquila, 18,75% como trabalhadora, 12,5% como rigorosa/exigente, 9,38% como evangélica e 6,25% como alcoolista ou ausente. Já em relação aos pais, 28,13% foram categorizados como muito bom/bom, 21,28% como calmo, 21,28% como exigente/bravo/agressivo, 12,5% como alcoolista, 9,38% como trabalhador, 3,12% como conselheiro e 3,21% como “galinha”. Em relação à convivência com o núcleo familiar, 78,13% consideram a relação boa ou muito boa, 9,38% consideram que tiveram uma convivência normal, 6,25% relataram negligência e os demais 6,25% relataram apanhar muito.

Também foram investigadas as relações sociais de amizade desses indivíduos em sua infância, tomando por base as suas avaliações quanto ao número de amigos. Esse dado foi categorizado em nenhum, pouco, razoável e bastante amigos, de acordo com suas respostas. Para a categorização, “pouco” foi considerada a resposta “pouco” ou “alguns primos, vizinhos ou um amigo da escola”, para “razoável” quando relataram ter número adequado de amigos, com verbalizações de “brincava com todo mundo da escola ou da vizinhança, e “bastante” seguiu a verbalização dos entrevistados de terem bastante amigos. Assim, 4 disseram não ter nenhum amigo na infância (12,5%), 9, poucos amigos (28,13%), 13 disseram ter um número razoável (40,63%), 5 relataram ter bastante amigos (15,63%) e

1 não se lembra das amizades na infância. É importante salientar que muitos começaram a trabalhar na infância, não dispondo de muito tempo para desenvolver relações de amizade.

Quando questionados sobre quais eram as lembranças positivas que tinham da infância, 8 lembravam do brincar (25%), 7 disseram não ter lembranças (21,88%), 6 da mãe (18,75%), 4 do trabalho (12,5%) e 3 da igreja, escola e de morar no sítio (9,38%). Já sobre as lembranças negativas, 19 disseram não ter qualquer lembrança negativa da infância (59,38%), 5 tem sobre agressão recebida (15,63%), 3 sobre o trabalho (9,38%), 2 sobre o pai (6,25%), e os 3 demais sobre mentira da professora, morte do avô e não saber jogar bola (9,38%).

A maior parte dos entrevistados (75%) relatou que não tiveram problemas de comportamento durante a infância (n=24), 18,75% disseram ser bagunceiros (n=6), 3,12% não tem lembranças (n=1) e apenas 6,25% relataram problemas comportamentais como bater nos colegas do orfanato e sair para pescar sem o conhecimento dos pais (n=2).

Durante a puberdade, 7 dos 32 participantes relataram mudar seu núcleo familiar (21,88%), sendo que 3 foram morar com parentes devido a problemas de alcoolismo dos pais, 1 a mãe entregou para outra mulher cuidar, 1 foi morar com a família de amigos, 1 foi morar com tia e avó, e 1 foi para o orfanato.

Sobre os problemas comportamentais na puberdade, a maioria (87,5%) relatou não terem apresentado problemas de comportamento (n=28), 1 relatou não gostar de estudar (3,13%), 1 “fingia ser mais velho” para entrar em bares e cinema, 1 começou a fazer uso de maconha e tabaco, e 1 tinha problemas com brigas.

Em relação às lembranças positivas da puberdade, 16 disseram não ter lembranças (50%), 4 eram sobre trabalho (12,5%), 3 da professora (9,38%), 3 das amizades (9,28%), 3 dos momentos de lazer (9,38%), 2 dos pais (6,25%) e 1 do trabalho e professora. Já sobre as lembranças negativas, 28 disseram não terem qualquer lembrança negativa da puberdade

(75%), 1 lembra do pai bater na mãe, 1 da separação dos pais, 1 de brigas de rua e 1 de ter sofrido *bullying* na escola.

No período da adolescência, 9 dos entrevistados mudaram seu núcleo familiar (28,13%), sendo que 2 passaram a morar sozinhos, 3 passaram a morar com apenas parte da família devido a separações, 1 voltou a morar com os pais, 1 foi morar com avós, e 1 foi morar, aos 14 anos, com uma mulher de 29 anos. Os demais continuaram a morar no mesmo núcleo familiar.

Concernente a amizades na adolescência, 15 relataram ter um círculo de amizades “razoável” (46,88%), 7 relataram ter “poucos amigos (21,88%)”, 5 relataram “não ter amigos” (15,63%), 3 relataram ter “muitos amigos” (9,38%), e 3 relataram “não ter amigos (9,38%)”.

A última parte da entrevista foi relacionada ao período em que o crime teria ocorrido ou de sua denúncia. Em relação ao núcleo familiar nessa fase de suas vidas, 20 relataram morar com a esposa e filhos (62,5%), 4 apenas com a esposa (12,5%), 4 com os pais (12,5%), 2 com filhas ou enteada (6,25%), e 2 sozinhos (6,25%).

No momento em que foram presos, a grande maioria exercia algum tipo de atividade remunerada (90,63%), 2 eram aposentados (6,25%) e 1 estava desempregado (3,13%).

Durante o período em que o crime teria ocorrido, 17 dos entrevistados relataram terem “poucos amigos” (53,13%), 7 descreveram seu número de amigos como “razoável” (21,88%), 6 relataram “muitos amigos” (18,75%) e 2 relataram não ter amigos (6,25%), segundo os mesmos critérios de categorização de relações sociais.

Em relação ao relacionamento sexual no período da denúncia, 5 estavam em privação sexual (15,63%), 3 relataram se relacionar sexualmente com frequência menor que 1 vez por semana (9,38%), 17 relataram ter sexo com frequência de pelo menos 1 vez

por semana ou mais (53,13%), e 3 relataram fazer sexo diariamente ou mais de uma vez por dia (9,38%).

Sobre a interpretação que os entrevistados têm sobre o abuso, 26 negaram o ato (81,25%), 4 assumiram o abuso (12,5%), 1 ora assume, ora diz que foi “armado” e 1 acredita que “foi azar”. Dos indivíduos que negaram o ato, todos relataram algum tipo de armação, seja por conta da ex-companheira, ou da companheira que queria se separar, ou de alguém que tinha problemas com eles, entre outros.

Também foi investigado o desejo por crianças: todos os 32 entrevistados relataram nunca terem tido desejos por crianças. Sobre ter desejos por adolescentes, 26 disseram não sentir qualquer desejo por adolescentes (81,25%), 4 disseram que sentiam algum tipo de desejo (12,5%) e 2 disseram que talvez já sentiram (6,25%).

Foi questionado aos entrevistados a definição que eles tinham sobre mulher e crianças, sendo que podiam responder mais de uma definição. Esses dados foram categorizados pelas respostas mais comuns. Em relação à mulher, 13 fizeram menção à mulher como companheira/equilíbrio do homem (40,63%), 6 formaram uma relação entre mulher e mãe, fazendo a definição de “mãe uma mulher muito boa” (18,75%), 5 descreveram as mulheres como ser de Deus (15,63%), 4 disseram que mulheres precisam ser tratadas com carinhos e agrados (12,5%), 3 que são seres delicados e frágeis (9,38%), 3 preferiram ou não souberam opinar (9,38%) e 1 que a mulher é tudo (3,13%). Em relação à definição de criança, 9 (28,12%) disseram que criança é “um ser para cuidar”/“precisa de atenção”, 8 definiram como “muito bom, alegria” (25%), 7 responderam que gostavam muito/adorava ou amava as crianças (21,88%), 4 descreveram as crianças como “ser de Deus” (12,5%), 3 como “princípio da vida” (9,38%), 3 como “pessoas normais” (9,38%), 1 falou que “precisa ter cuidado (3,13%)”. Quanto às definições, tanto de criança como mulher, os entrevistados descreveram uma ou mais características. A idade em que um

indivíduo é criança, definido pelos participantes, teve como média 14,74 anos, com mediana de 15 anos e desvio padrão de 4,18 anos.

Como já exposto, as entrevistas foram seguidas de *follow-up*, para investigar possíveis riscos decorrentes destas. Dos 32 entrevistados, apenas 3 disseram sentir algum desconforto posterior à entrevista (9,38%), sendo que 1 relatou se sentir indignado com sua prisão, pois acredita que não deveria estar preso, outro relatou ter se sentido arrependido pelos erros do passado e o terceiro relatou ter sentido saudades da mãe e da filha. Os demais disseram que a entrevista foi neutra quanto a evocar respondentes. Cinco relataram terem se sentido bem e entenderem a entrevista como um desabafo, pois não têm muitas oportunidades de conversar sobre o ocorrido (15,63%).

Discussão

Indivíduos que foram condenados por crimes sexuais contra crianças e adolescentes recebem tratamento diferenciado dos demais presos, principalmente por ficarem alojados em espaços de segurança e pela forma como são vistos pela sociedade. Tal visão parece ser tão forte que desde o começo da entrevista, a primeira afirmativa que fazem é a de que não cometeram abuso de vulnerável e recriminam aqueles que o cometem. Como se fosse um crime além dos demais crimes, como é possível perceber na fala de E26 que relata estar triste porque acredita que não devia estar preso por este tipo de crime, E26 havia acabado de sair da cadeia quando foi preso pelo artigo 217A, assume os demais crimes, mas não este último.

A entrevista como método de investigação apresenta algumas fragilidades em sua confiabilidade, pois conta com o relato verbal dos indivíduos, por isso precisa ser tomada

com certas ressalvas. Os dados e história de vida dos entrevistados são apresentados de acordo com seus relatos, não foi realizada outra forma de coleta de dados.

Os achados demográficos da população entrevistada apresentam discrepância em relação aos da população carcerária do país. A maior parte dos presos no Brasil é jovem, apresentando, em sua maioria, menos de 29 anos de idade (Brasil, 2015; Monteiro & Cardoso, 2013; Carvalho, Valente, Assis, & Vasconcelos, 2006), enquanto que os participantes da entrevista tinham a média de idade de 43 anos e, apenas dois dos entrevistados (6,25%) tinham menos de 29 anos quando foram presos. Isso pode revelar o perfil da população estudada como um crime cometido por pessoas mais velhas, corroborando com os dados da literatura, trazendo a idade aproximada de 40 anos (Baltiere, 2005; Böhm, 2012; Pincolini & Hutz, 2014). Martins (2008) identificou maior proporção de agressores sexuais na faixa etária dos 30 aos 40 em 2002, e acima dos 40 em 2006. A autora discute que, a idade pode estar relacionada à idade em que o indivíduo já constitui segunda família e, assim, contato com a enteada que aparece como principal vítima nos casos de abuso contra crianças e adolescentes.

As penas recebidas por crimes sexuais contra vulneráveis são mais longas que a média recebida por outros presos. No Brasil, quase metade das penas são menores que oito anos (Brasil, 2015; Monteiro & Cardoso, 2013), enquanto que a média dos participantes da entrevista foi de 19 anos. Apesar da discussão em torno da pequena proporção de casos reais de abuso que ocasionam denúncias e prisões, os que são julgados são severamente punidos. É preciso, portanto, investigar qual variável, proporção de casos ou se longas penas funcionariam como meio mais efetivo de inibir esse tipo de comportamento.

Hanson, Harris, Helmus e Thornton (2014) identificaram que o tempo de cumprimento da pena está associado a um menor índice de reincidência em abusadores de crianças, os autores discutem que essa característica possa ocorrer devido a cumprimentos

maiores estarem ligados a uma maior probabilidade de participar de algum tipo de intervenção ligada ao comportamento problema. Entretanto, esses dados não podem ser generalizados para as taxas de reincidência no país, tendo em vista a falta de medidas de intervenção.

Outra discussão pertinente é quanto ao nível de escolaridade dos indivíduos que estão presos, chama a atenção a concordância com as características dos entrevistados na presente pesquisa e dos demais presos no país. Apenas um dos 32 entrevistados havia terminado o ensino médio e deu início ao ensino superior dentro da Penitenciária, os demais entrevistados não possuíam o ensino médio completo no momento em que foram presos, tendo em média quatro anos de estudo. Esses dados corroboram aos achados em relação aos demais presos, em que aproximadamente 70% de indivíduos não possuem o ensino fundamental completo (Brasil, 2015; Carvalho, Valente, Assis, & Vasconcelos, 2006; Monteiro & Cardoso, 2013). Possivelmente a variável escolaridade apresenta-se como um fator para o comportamento criminoso ou, indivíduos com menor nível de escolaridade podem possuir menos recursos para encontrar meios de absolvição.

Não foi possível investigar a renda percapita dos entrevistados, tendo em vista a falta de dados. Dessa forma, foi questionada a média salarial que tinham quando foram denunciados. Grande maioria dos entrevistados relatou ser o único provedor da família, e desses, mais da metade morava com esposa e filhos, possuindo quatro filhos em média, e em alguns casos morando com enteados, possuindo renda de aproximadamente R\$1400,00. Segundo o IBGE⁶ em 2010, a renda média percapita de Londrina foi de aproximadamente R\$522,00, assim, pode-se hipotetizar que a renda familiar percapita dos

⁶ Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginipr.def>. Acesso em 15 mar. 2016.

entrevistados seja menor que a renda média percapita dos Londrinenses, entretanto, para tal afirmação, uma nova pesquisa com maior confiabilidade nos dados seria necessária.

Ao invés de identificar o estado civil dos entrevistados, foi avaliado o status de relacionamento no momento da prisão e atualmente, objetivando discutir as mudanças ocorridas na vida desses indivíduos nesse período. No momento em que foram presos, a grande maioria relatou ser casado, amasiado ou estar namorando (84%), e atualmente, apenas 34% dizem manter esses relacionamentos, 16% da amostra relatou não saber exatamente como está o relacionamento com suas companheiras, pois não recebem visitas, cartas ou informações sobre elas. É interessante se atentar para o abandono que esses sujeitos sofrem quando passam pelo processo de encarceramento, não sendo possível concluir se esse abandono é resultado apenas do encarceramento ou do tipo de crime pelo qual foram condenados.

Além do abandono familiar, que exclui o indivíduo de um dos pilares de ressocialização, pode-se delimitar o objetivo do encarceramento apenas como método punitivo. Segundo Neto, Mesquita, Teixeira e Rosa (2009), o encarceramento deveria ter como objetivos a punição do comportamento e a reinserção do preso na sociedade, embora o que se percebe é a falta de meios para o cumprimento deste último objetivo, e como agravante, situações que propiciam um sentimento de abandono social por parte desses indivíduos (Camargo, 2007; Castilho, 2015).

Muitos dos presos relataram péssimas condições de vida dentro do presídio, como é possível perceber no relato de E13⁷ “...às vezes eu como bem, depende da comida”, ainda relatou que em alguns dias o pão oferecido no café da manhã chega a machucar a boca, devido a sua rigidez. A superlotação também é frequentemente relatada em suas falas. As

⁷ Para assegurar o sigilo dos entrevistados, seus relatos serão apresentados seguindo numeração de acordo com a ordem das entrevistas.

condições de subsistência do sistema e o abandono devem estar relacionados ao alto índice de reincidência dessa população.

Outro fator relacionado à reincidência é a falta de intervenções focadas no comportamento problema. No Brasil são raros os trabalhos voltados a essa população. Na população avaliada, quase toda a amostra nega o abuso, declarando estarem presos devido a denúncias falsas. Assumir e reconhecer o crime são os primeiros passos para entender o erro, resignificar o ato e identificar o possível dano causado à vítima (Caminha, 2004; Martins, 2007). Assim, não só o sistema carcerário, mas também a falta de intervenções direcionadas aos agressores sexuais de vulneráveis propiciam um círculo vicioso para tais crimes.

Em relação aos participantes da presente pesquisa, menos da metade relatou já ter algum tipo de passagem pela polícia, e nenhum deles relatou já ter cometido outro crime sexual. Diante do alto índice de negação da autoria do crime pelo qual estão condenados, é possível que não relatassem a reincidência em crimes de abuso sexual. Outras pesquisas com fonte por meio de pesquisa documental precisariam ser analisadas, tendo em vista a literatura especializada indicar altos índices de reincidência em crimes sexuais (Serafim, et al. 2009).

Quase todos os participantes relataram ter e frequentar alguma religião atualmente e na época em que o crime ocorreu. É possível que as normas religiosas rígidas em relação ao sexo, como sexo ligado apenas para procriação, manutenção do sexo apenas dentro do relacionamento e manutenção da relação conjugal favoreçam este tipo de comportamento, tendo em vista a falta de abertura para sua discussão. Em relação a este tema, podemos associar à teoria de Múltiplos Fatores de Araji e Finkelhor (1986) sobre as explicações em relação ao comportamento de abusar sexualmente de crianças, que descreve o abusador como alguém que apresenta repressivas normas sobre o comportamento sexual.

Diferente dos dados apresentados por Böhm (2012), não foram encontradas evidências significativas quanto ao consumo de álcool e drogas na época em que o crime ocorreu. O instrumento utilizado, ASSIST, avalia o uso de substâncias psicoativas, tendo como base o consumo nos últimos meses, prejuízos e tentativas de cessar ou reduzir o uso, já o presente trabalho apenas avaliou a frequência no período entre o crime e a denúncia, tendo em vista o tempo decorrido e, assim, as dificuldades quanto à identificação de outras variáveis. Dos entrevistados, uma pequena parcela declarou fazer uso diário ou quase todos os dias de maconha, cocaína e crack. Já o álcool aparece como o consumo mais frequente, em que um quarto da amostra relatou fazer consumo diário ou em quase todos os dias, e quase a metade fazer o uso semanal. Os dados diferem dos dados encontrados por Baltiere (2005), que identificou metade da população de abusadores sexuais de crianças com abuso de drogas, sendo que em metade dos casos, havia o consumo no momento do ato. Já em relação ao abuso de substância em agressores sexuais de adolescentes, Baltiere identificou menos da metade da população com abuso de álcool e uma pequena parcela com problemas com drogas. Assim, é possível perceber que o abuso de drogas ilícitas não é uma variável relacionada ao abuso, já o abuso de álcool pode ser considerado uma variável importante neste tipo de comportamento.

A falta de relatos dos participantes em relação a terem histórico de problemas psiquiátricos vai ao encontro dos dados encontrados na literatura em relação a ofensores sexuais (Baltiere, 2005, Curtin & Niveau, 1998), entretanto é importante salientar que o presente estudo investigou o histórico de problemas psiquiátricos, mas não realizou quaisquer meios para o diagnóstico psiquiátrico de fato.

Ainda segundo Baltiere (2005), sob um ponto de vista psiquiátrico, a maioria dos abusadores sexuais não apresenta transtornos psiquiátricos no momento do crime, mas discute que atualmente existem pesquisas que demonstrem a presença de problemas

associados, como abuso e dependência de álcool e drogas, impulsividade sexual aumentada, transtornos de preferência sexual e transtornos de personalidade nesta população.

Já entre os abusadores sexuais com diagnóstico de pedofilia, Raymond, Coleman, Ohlerking, Christenson e Miner (1999) encontraram alta taxa de comorbidades psiquiátricas associadas, todavia, como a taxa de pedófilos entre abusadores sexuais de crianças e adolescentes é baixa (Baltiere, 2005), esses dados não devem ser extrapolados para o presente estudo.

Em relação à vítima do abuso, o sexo feminino e a relação intrafamiliar aparecem na grande maioria dos casos, conforme a literatura (Böhm, 2012; Martins 2008; Salvagni & Wagner, 2006), sendo que os principais agressores intrafamiliares são o pai e o padrasto. Tendo em vista a grande prevalência de abusos ocorridos dentro da família, é importante discriminar algumas características que possam estar envolvidas no abuso intrafamiliar. Segundo Padilha (2007), algumas características da mãe como negligência, rejeitadora, que sofreu abuso, agredida, ambivalente, podem estar envolvidas na falha da proteção da criança, além das características da criança como privação afetiva, autoestima baixa, falta de repertório para proteção, que são fatores relacionados a auto exposição da criança ao abuso.

O abuso sexual intrafamiliar, de uma forma geral, pode ser mais grave para a vítima, tendo em vista a relação de poder que o agressor exerce sobre a vítima (Morales & Schramm, 2002). Além do poder, o agressor intrafamiliar conta com a disponibilidade de contato que o abusador tem com a vítima. O abuso intrafamiliar também conta com a Síndrome do Segredo Furniss (1993/1991), em que a coerção psicológica, bem como falta de credibilidade no relato ou sinais da criança seriam negligenciados.

Furniss (1991/1993) discute também a gratificação secundária que a criança recebe em relação ao abuso, além de gratificações materiais, recompensa de afeto, elogios, podendo existir um senso de “ser especial”, situação confusa e perturbadora para a criança, em que, muitas vezes é o único momento em que ela recebe atenção e cuidado parental. Esse dado pode ser identificado no relato de E21 que descreve o abuso sexual constante com suas duas enteadas como “suas mulheres” durante os seis anos em que o abuso ocorreu.

O fato do abuso ser cometido em sua maior parcela pelo padrasto e pelo pai, corrobora com uma das variáveis da teoria de Araji e Finkelhor (1986), que descreve a falha no mecanismo de evitar o incesto e sobre as normas patriarcais. Quando se discute a falha no mecanismo de evitação do incesto, os autores afirmam que essa falha ocorre porque alguns padrastos não passaram a primeira parte da infância com as crianças. Tendo em vista essa teoria, pode-se questionar se uma relação em que os pais são ausentes na primeira infância pode ser uma possível explicação para a alta taxa de pais que abusam sexualmente dos filhos. Outra hipótese descrita por Araji e Finkelhor (1986) é a relação de excesso de autoridade patriarcal, em que o poder patriarcal daria maior legitimidade ou diminuiria a inibição para atos sexuais com os filhos. Essas teorias são oriundas de teorias feministas que discutem a visão do homem sobre a família como uma instituição privada em que ele é o detentor de poder.

Grande parte da entrevista baseou-se na história de vida dos participantes, o objetivo foi identificar semelhanças nas características em suas histórias de vida que possam estar envolvidas em suas inadequações sociais em relação ao sexo e que podem ter contribuído no desenvolvimento do comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes.

O relato de vida dos participantes, em especial de suas infâncias, apresenta uma série de inadequações quanto ao desenvolvimento saudável de uma criança. Famílias com um grande número de filhos, em que os pais possivelmente não tiveram condições de propiciar atenção necessária para o desenvolvimento, início precoce no mundo do trabalho, relações sociais pobres, entre outras características que serão discutidas.

Aproximadamente 90% dos participantes moravam com seus pais e irmãos na infância, sendo que mais da metade deles vivia com os pais e mais de cinco irmãos. Esse dado abre margem para a discussão referente à negligência. Em geral, os pais saíam para trabalhar e as mães eram responsáveis por cuidar dos filhos, dos afazeres domésticos e, em muitos casos, também ajudavam na renda da casa.

Segundo Gomide (2004), “a negligência é caracterizada pela desatenção, pela ausência, pelo descaso, pela omissão ou simplesmente, pela falta de amor” (p. 69). Para Gomide, a negligência está altamente ligada ao desenvolvimento de comportamentos antissociais na infância, além de problemas com álcool, drogas e comportamento infrator na adolescência, possivelmente esses comportamentos são mantidos, bem como podem se desenvolver em uma série de outros problemas de comportamento antissociais.

Os participantes descreveram seus pais como bons ou muito bons, sendo que a mãe aparece em quase todos os momentos como uma figura boa ou muito boa, raros os relatos de negligência ou problemas de comportamento por parte da mãe. Já em relação ao pai, problemas como alcoolismo, agressão e negligência são mais frequentes.

É possível identificar no relato de história de vida dos participantes, a falta de controle de monitoria sobre o comportamento dos filhos na infância, assim, algumas das mães levavam os filhos para ajudar nos serviços que fazia, como no relato de E32, “*ajudava a mãe na roça*”- sobre como iniciou seu trabalho aos oito anos de idade, ou os pais que utilizam o trabalho como contingência de controle, como segue o relato de E31:

“comecei a trabalhar cedo, aos sete anos... pai fazia trabalhar bastante para não conseguir brincar depois”.

A idade prematura com que os entrevistados começaram a trabalhar também se mostra um dado relevante, a maioria começa ajudando os pais em trabalhos agrícolas braçais, aparecendo relatos de trabalhos a partir dos seis anos de idade. O início precoce no mundo do trabalho pode afetar o desenvolvimento do indivíduo, pois o mesmo precisa, muitas vezes, parar de estudar e brincar para poder trabalhar. No relato da maior parte dos entrevistados, a educação foi afetada, pois precisava trabalhar para ajudar no sustento da família. É interessante perceber que o trabalho já aparece como lembrança desses indivíduos na infância, tanto positivas como negativas.

Quase a metade dos entrevistados relata um déficit de relações de amizades. Segundo Engelmann e Prust (2010), a amizade é definida como uma progressão no desenvolvimento de relações com base em aceitação, compreensão, apoio e confiança, possibilita ao indivíduo aprendizagens relativas ao relacionamento interpessoal, como empatia, resolução de conflitos, comportamento pró-sociais, além disso, boas relações de amizade podem estar relacionadas à autoestima. Características como baixa autoestima e inadequadas habilidades sociais são algumas das variáveis encontradas nas explicações sobre o comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes, segundo o Modelo de Múltiplos Fatores (Araji & Finkelhor, 1986).

É interessante observar que uma grande parcela dos participantes não relatou ter lembranças, sejam elas positivas ou negativas, durante a infância, o que pode indicar uma lacuna no autoconhecimento, como aparece no relato de E16 *“... não tenho lembranças antes dos 15 anos”* e E11 que não conseguia recordar a data de seu nascimento, relatou que lembrava pouco da infância: *“cabeça apagou as lembranças”*.

De acordo com Skinner (1974/2006), o autoconhecimento é de origem social e é desenvolvido por meio de perguntas dos outros. Assim, diante de uma infância possivelmente negligenciada, esses indivíduos podem não ter recebido estimulação suficiente para discriminarem os fatos daquela época.

Em relação às lembranças negativas, dos que tinham lembrança, a maior parte relata agressão recebida. Se somarmos esse relato ao relato das características dos pais e a descrição da relação do núcleo familiar, podemos identificar uma grande parcela de agressão recebida na infância, que seriam práticas contrárias a uma educação saudável. Muitas das falas dos participantes ao longo da entrevista relatam uma relação incoerente com os pais, como: “*minha mãe fala que eu bebia álcool dos três aos sete anos*” (E29), “*eu gostava de sair, nadar e pescar e minha mãe nunca sabia onde eu estava*” (E10 sobre seu comportamento na infância).

De acordo com Gomide (2006), existem práticas educativas conhecidas como Práticas Parentais, sendo as positivas que são a monitoria positiva e o comportamento moral, e as práticas negativas que são a negligência, o abuso físico e psicológico, disciplina relaxada, punição inconsistente e a monitoria negativa. Dentre essas práticas parentais, pode-se identificar com clareza três das cinco práticas educativas negativas: negligência, abuso físico e psicológico, e disciplina relaxada.

Além de serem prejudiciais para a formação social dos indivíduos, Silveira, Del Prete e Silveira (2014), relacionam a presença de Práticas Parentais a uma experiência negativa de formação de “self” que significa, de uma forma geral, uma “noção do eu” empobrecida, além disso, segundo Gomide (2010), as Práticas Parentais também estão relacionadas aos comportamentos pró-sociais, que são aqueles ligados a manutenção da qualidade de vida em sociedade.

De acordo com Araji e Finkelhor, (1986), condicionamento e modelação precoce de iniciação sexual são variáveis envolvidas no comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes, entretanto, dentre os participantes, a idade média de iniciação sexual foi de 18 anos. Para se ter uma ideia em relação à média de idade de iniciação sexual, podemos tomar como base um estudo realizado pelo Ministério da Saúde (como citado em Borges & Schor, 2005), a média de idade de iniciação sexual em 1984 foi de 15,3 anos nos adolescentes entre 16 e 19 anos. Assim, a população entrevistada não corroboraria com a ideia de que abusadores sexuais de crianças teriam passado por um processo de atividade sexual precoce. Foram encontrados apenas três indivíduos que relataram situações que podem ser entendidas como de abuso sexual, um participante que aos oito anos era abusado pela babá do vizinho de aproximadamente 17 anos, e mais dois outros entrevistados que aos 14 anos tiveram relações com mulheres mais velhas, uma de 33 e 19 anos, respectivamente. É provável que existam mais situações abusivas das quais os participantes não identifiquem como de atividade sexual e que por esse motivo podem ter sido omitidas.

Outras variáveis que foram analisadas e podem estar envolvidas no comportamento de abusar sexualmente de vulneráveis são as características relacionadas às relações na época em que o crime ocorreu. Algumas características como privação sexual, características do relacionamento, trabalho e amizades serão discutidas.

As relações interpessoais dos participantes não mostraram inadequações como isolamento social, privação afetiva ou sexual. Os dados relativos à grande maioria possuindo renda própria e união estável corrobora com os dados encontrados por Böhm (2012). Não foram encontrados estudos que apresentassem dados quantitativos referentes a relacionamentos interpessoais e privação de relacionamento sexual dos agressores. Dessa forma, mais pesquisas relacionadas a essas características são necessárias para discutir se

essas seriam ou não variáveis que influenciariam no comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes.

Uma última análise foi em relação à percepção dos participantes em relação à mulher e as crianças. Essa discussão teve como base o modelo de Múltiplos Fatores de Araji e Finkelhor (1986), em especial as teorias sobre normas patriarcais e tolerância cultural. Segundo essas explicações, elementos culturais e sociais poderiam encorajar ou diminuir a gravidade do abuso sexual contra crianças e adolescentes, e, dentro do abuso intrafamiliar, essas mesmas normas, principalmente a patriarcal, estaria relacionada ao poder que o homem tem sobre os demais membros da família.

A grande maioria dos participantes definiu as mulheres como alguém que serve de companhia ou de equilíbrio ao homem, além disso, foram dadas respostas como “um ser frágil” e que “deve ser tratado com carinho e agrado”, os demais relacionaram a mulher à figura de mãe e “ser” de Deus. Esses dados vão ao encontro das variáveis culturais descritas na teoria dos múltiplos fatores de Araji e Finkelhor (1986), pois demonstram uma visão desses homens em que as mulheres não receberiam um status de indivíduo, ou é mãe, ou companheira do homem ou necessita de cuidados.

Em relação à definição de criança, foram descritas como seres que precisam de cuidados, bons e normais. Também em relação à visão desses homens sobre as crianças, nenhum deles relatou ter desejos por crianças e identificam como crianças os indivíduos com uma média de idade de até 15 anos. Já em relação aos adolescentes, quatro assumiram sentir algum tipo de desejo por adolescentes e dois disseram que provavelmente já teriam sentido ou tido relação com elas sem ter noção do fato, pois não tem como saber se é adolescente ou se já pode ser considerada uma mulher. Pode-se perceber uma inversão de valores em relação à culpabilização das adolescentes e o desejo sexual, como no relato de E22 que diz que “*meninas de 14 e 15 anos que usam roupa provocante causam desejos*”,

ou E32 que relata que *"eu seria um sacana em dizer que, as meninas, do jeito que estão hoje um homem não sente nada"*, E31 *"tem menina que tem idade de criança, mas comportamento de sair e aparência física de mulher"* E16 descreve que a sua vítima era *"perdida"* e *"vivia se insinuando para ele"*, que *"mantinha relacionamento sexual com vários homens"*, disse ainda que *"ela deitou na minha cama, nua, nua não resisti a tentação"*. Esses relatos deixam clara a incoerência como é vista a vulnerabilidade de adolescentes, como se elas fossem as responsáveis pelo abuso.

Moura e Koller (2008) avaliaram a criança na visão de homens acusados de abuso sexual, e discutiram que esses indivíduos apresentam uma visão positiva e romantizada da infância, diferente das pessoas que não tem histórico de abusar sexualmente de crianças, indo ao encontro das respostas dadas pelos entrevistados. Essas autoras descrevem uma estereotípia em respostas socialmente esperadas, o que pode fomentar a discussão de que eles consigam distinguir o que é errado e o que é socialmente aceitável.

Se esses homens possuem uma noção de certo e errado, é necessário discutir as normas sociais e culturais que validam o comportamento inadequado, a esse respeito, o fator sobre normas culturais de Araji e Finkelhor (1986), pode propiciar um leque de discussão sobre como essas normas poderiam estar corroborando para que o abuso ocorra.

De uma forma geral, podemos associar as práticas parentais com o desenvolvimento de comportamentos não adaptativos para o convívio em sociedade, em especial o comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes. Em especial, a negligência vivida na infância pode ser um fator de predisposição para esses comportamentos, tendo em vista o déficit no desenvolvimento de empatia.

É importante salientar que os comportamentos mantêm relações multifatoriais, assim, não só os fatores da infância, como o ambiente que envolve a situação de abuso são responsáveis por seu desenvolvimento e manutenção, bem como todas as histórias de

todos os envolvidos fazem parte da manutenção e desenvolvimento desses comportamentos.

Os dados do estudo são preliminares, tendo em vista as fragilidades já expostas da pesquisa, mas ao mesmo tempo revelam as situações prováveis que podem ajudar a compreender e intervir na prevenção e diminuição desses comportamentos. De qualquer forma, mais estudos controlados sobre o assunto precisam ser realizados para melhores resultados e confirmações posteriores.

Considerações finais

A falta de literatura especializada relacionada ao comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes é possivelmente decorrente das dificuldades metodológicas e éticas encontradas ao se buscar estudar essa população. A pesquisa por meio de entrevista se mostrou válida, desde que utilizada com cautela, para identificar as variáveis envolvidas nesse comportamento, tendo em vista, a concordância entre os dados encontrados e as teorias sobre o comportamento em questão.

Apesar da literatura teórica especializada não ser nacional, a teoria dos Múltiplos Fatores, descritas por Araji e Finkelhor (1986), apresenta uma série de congruências com as características apresentadas pelos participantes da entrevista, principalmente nas questões relacionadas à história de vida. A teoria da Síndrome do Segredo de Furniss (1991/1993) e as precondições de Araji e Finkelhor (1986) fomentam a discussão sobre a ocorrência dos abusos serem principalmente intrafamiliares.

Ao se relacionar as teorias discutidas com a presente pesquisa, deve-se atentar a alguns detalhes entre as diferenças culturais, tendo em vista as teorias apresentadas serem internacionais. No que diz respeito à falha nos mecanismos de evitação de incesto, de Araji

e Finkelhor (1986), em que padrastos seriam propensos para o abuso por não terem presenciado parte da infância das vítimas, pode-se estender a ideia para o grande número de pais como agressores no Brasil, se identificarmos o pai como uma figura distante do desenvolvimento de uma criança. Assim, diante de pais negligentes aos cuidados dos filhos, podemos hipotetizar que também seria falho esse mecanismo que serviria como um bloqueio para o abuso.

Outra característica em comum na história de vida desses indivíduos são as práticas parentais inadequadas. Gomide (2010) discute amplamente que o desenvolvimento do comportamento moral é um fator para o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais. Esses comportamentos poderiam funcionar como um fator de bloqueio para a apresentação do comportamento agressor. Talvez, intervenções focadas no desenvolvimento desses comportamentos morais seriam uma das saídas para diminuir o índice de reincidência. Nesse sentido, Rocha (2012) realizou um trabalho de psicoterapia com adolescentes infratores de alto risco e trabalhou, entre os comportamentos, o comportamento moral, obtendo resultados significativos.

Não só a falha nas práticas parentais, mas as inadequações no desenvolvimento de vida desses indivíduos são identificadas. A grande maioria começa a trabalhar muito cedo, não tendo tempo para outras atividades como educação, brincadeiras e amizades, fatores essenciais no desenvolvimento sadio dos indivíduos. Essas relações estabelecidas na infância são responsáveis pelos comportamentos sadios em sociedade.

Além das contingências de desenvolvimento do indivíduo, e, conseqüentemente, de suas características, muitas outras variáveis estão envolvidas no comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes, como por exemplo, a proximidade entre vítima e agressor. O agressor ser alguém tão próximo da vítima, que possui disponibilidade de

tempo e espaço em relação com a vítima, corrobora com as teorias que descrevem as condições para o desenvolvimento do abuso. (Finkelhor 1984; Padilha, 2007).

Além da história de vida, a história atual, a vida que levam posterior ao momento da prisão muda muito, muitos são abandonados pela família, não recebem visitas e nem mesmo cartas, não tem possibilidade de refletir sobre o crime que cometeram. O sistema prisional e a falta de métodos de intervenção para essa população se mostra incoerente com os objetivos, podendo corroborar para um ciclo de reincidência.

A pesquisa não objetiva identificar as variáveis das quais o comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes mantém relação, mas fomentar discussão quanto as possíveis características semelhantes, existentes entre esses indivíduos e que possam fazer parte das variáveis em questão. Pensar no abuso como um problema multifatorial diz respeito a olhar para todos os personagens do problema, seja ele abusador, vítima ou rede de proteção, e entender seus papéis e histórias, possibilitando assim, um real entendimento sobre o problema.

Apesar dos problemas de confiabilidade da entrevista como métodos de pesquisa, os dados encontrados chamam a atenção em relação à concordância da história de vida entre esses indivíduos, de forma que identificar e analisar sua história de vida se mostra uma alternativa viável para a o entendimento e modificação comportamental. Para que programas sejam implementados é interessante que mais pesquisas com maior controlabilidade ou com fontes de dados mais seguras sejam desenvolvidas para fomentar o conhecimento sobre essa população.

Referências

- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5ª ed.). Arlington, VA: American Psychiatric Publishing.
- Araji, S., & Finkelhor, D. (1986). Abuser: A review of the research. Em D. Finkelhor (Org.), *A sourcebook on child sexual abuse* (pp. 89-118). Beverly Hills: Sage Publications.
- Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. (2002). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Mitos e realidades*. (3ª ed.). Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados.
- Baltiere, D. A. (2005). *Consumo de álcool e outras drogas e impulsividade sexual entre agressores sexuais* (Tese de doutorado, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-22032006-221450/pt-br.php>
- Baptista, R. S., França, I. S. X., Costa, C. M. P., & Brito, V. R. S. (2008). Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um programa sentinela. *Acta Paulista de Enfermagem*, 21(4), 602-608.
- Böhm, D. M. (2012). *Características emocionais e comportamentais de adolescentes e adultos suspeitos de praticar abuso sexual*. (Dissertação de mestrado). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul.
- Borges, A. L. V., & Schor, N. (2005). Início da vida sexual na adolescência e relações de gênero: um estudo transversal em São Paulo, Brasil, 2002. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(2), 499-507.
- Brasil. (1988). *Constituição Federativa da República do Brasil*. Brasília. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

- Brasil. (2009). *Lei nº 12.015 - Dos crimes contra a dignidade sexual*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm
- Brasil. (2015). *Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil*. Brasília: Presidência da República.
- Camargo, S. (2006). Prisão e abandono: trabalhando a localização de familiar no sistema prisional. *Libertas*, 6 (1), 222-245.
- Caminha, R. (2004). Aspectos psicológicos no atendimento ao abusador sexual. Em M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, C. B. Moura, V. M. Silva & S. M. Oliane, S. M. (Orgs.), *Sobre Comportamento e Cognição: Contingências e metacontingências* (v. 13, pp. 345-354) Santo André: ESETec.
- Carvalho, M. L., Valente, J. G., Assis, S. G., & Vasconcelos, A. G. G. (2006). Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(2), 461-471.
- Castilho, T. O. (2015). A triste realidade do sistema prisional brasileiro: o desrespeito a dignidade humana e o um cenário que leva ao quadro mental paranóico. *Rev. Amicus Curiae*, 12 (1), 41-55.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. (D. G. Souza, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1998).
- Cozby, P. C. (2003). *Métodos de pesquisa em Ciência do Comportamento*. (P. I. C. Gomide & E. Otta, Trad.) São Paulo: Ed. Atlas.
- Curtin, F., & Niveau G. (1998). Psychosocial profile of swiss sexual offenders. *Journal of Forensic Sciences*, 43(4), 755-759.
- Devoto, E., & Aravena, L. (2003). Pedofilia. Un punto de vista endocrinológico. *Revista Médica de Chile*, 131, 1471-1472.

- Eisenstein, E. (2004). Quebrando o silêncio sobre o tabu. *Adolescência e Saúde*, 1(3), 26-29.
- Engelmann, A. S., & Prust, L. W. (2010). Amizade. Em P. I. G. Gomide (Org.), *Comportamento Moral: uma proposta para o desenvolvimento das virtudes* (pp. 81-98). Curitiba: Juruá.
- Felipe, J. (2006). Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu*, 26, 201-223.
- Finkelhor, D. (1984). *Child sexual abuse*. New York: Free Press, Macmillan.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar*. (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1991).
- Gomide, P. I. C. (2004). *Pais presentes, pais ausentes: regras e limites*. (2ª ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de Estilos Parentais - IEP: Modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação* (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Gomide, P. I. C. (2010). Comportamento moral. Em P. I. G. Gomide (Org.), *Comportamento Moral: uma proposta para o desenvolvimento das virtudes* (pp. 17-34). Curitiba: Juruá.
- Gongora, M. (2003). Noção de psicopatologia na Análise do Comportamento. Em C. E. Costa, J. C. Luzia & H. H. N. Santanna (Orgs.), *Primeiros passos em Análise do Comportamento* (pp. 93-110). Santo André, SP: ESETEC.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348.
- Hall, R. C. W., & Hall, R. C. W. (2007). A profile of pedophilia: Definition, characteristics of offenders, recidivism, treatment outcomes, and forensic issues. *Mayo Clinic Proceedings*, 82(4), 457-471.

- Hanson, K. R., Harris, A. J. R., Helmus, L., & Thornton, D. (2014) High-risk sex offender may not be high risk forever. *J Interpers violence, 29* (15), 2792-2813.
- Haugaard, J. J. (2000). The challenge of defining child sexual abuse. *American Psychologist, 55*(9), 1036-1039.
- Henrique, I. F. S., Micheli, D., Lacerda, R. B., Lacerda, L. A., & Formigoni, M. L. O. S. (2004). Validação da versão brasileira do Teste de Triagem do Envolvimento com Álcool, Cigarro e Outras Substâncias (ASSIST). *Revista da Associação Médica Brasileira, 50*(2), 199-206.
- Ipea. (2014). Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadie st11.pdf
- Kear-Colwell, J., & Boer, D. P. (2000). The treatment of pedophiles: Clinical experience and the implications of recent research. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 44*(5), 593-605.
- Malón, A. (2012). Pedophilia: A diagnosis in search of a disorder. *Archives of Sexual Behavior, 41*, 1083-1097. doi: 10.1007/s10508-012-9919-5
- Martins, C. B. G. (2008). *Violência contra menores de 15 anos no município de Londrina, Paraná: Análise epidemiológica de suas notificações* (Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo) Recuperado de: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6132/tde-21072008-142413/pt-br.php>
- Martins, M. G. (2007). Aspectos psicológicos no atendimento ao abusador sexual. Em R. R. Starling (Org.). *Sobre Comportamento e Cognição: Temas aplicados*. (v. 19, pp. 132-143) Santo André: ESETEC.

- Monteiro, F. M., & Cardoso, G. R. (2013). A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária. *Civitas*, 13(1), 93-117.
- Morales, A. E. & Schramm, F. R. (2002). A moralidade do abuso intrafamiliar em menores. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(2), 265-273.
- Moura, A. S., & Koller, S. H. (2008). A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas. *Psico-USF*, 13(1), 84-94.
- Neto, M. V. F., Mesquita, Y. P. V. O., Teixeira, R. P., & Rosa, L. C. S. (2009) A ressocialização do preso na realidade brasileira: perspectivas para as políticas públicas. *Âmbito Jurídico*, 12 (65). Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6301> Acesso em mar de 2016.
- Padilha, M. G. S. (2007). *Prevenção primária de abuso sexual: Avaliação da eficácia de um programa com adolescentes e pré-adolescentes em ambiente escolar* (Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo). Recuperado de http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codarquivo=1703
- Peter, T. (2009). Exploring taboos: Comparing male- and female- perpetrated child sexual abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(7), 1111-1128.
- Pincolini, A. M. F., & Hutz, C. S. (2014). Abusadores sexuais adultos e adolescentes no sul do Brasil: Pesquisa em denúncias e sentenças judiciais. *Temas em Psicologia*, 22(2), 301-311. doi: 10.9788/TP2014.2-03
- Pinsonneault, A., & Kraemer, K. L. (2003). Survey research in management information systems: an assessment. *Journal of Management Informations Systems*, 10(2), 75-105.

- Poepl, T. B., Nitschke, J., Santtila, P., Schecklmann, M., Berthold, L., Greenlee, M. W., Osterheider, M., & Mokros, A. (2013). Association between brain structure and phenotypic characteristics in pedophilia. *Journal of Psychiatric Research*, 47, 678- 685.
- Portal Brasil. (2012). Abuso sexual é o 2º tipo de violência mais comum contra crianças, mostra pesquisa. Recuperado de <http://www.brasil.gov.br/saude/2012/05/abuso-sexual-e-o-segundo-maior-tipo-de-violencia-contras-criancas-mostra-pesquisa>
- Raymond, N. C., Coleman, E., Ohlerking, F., Christenson, G. A., & Miner, M. (1999). Psychiatric comorbidity in pedophilic sex offenders. *The American Journal of Psychiatry*, 156(5), 786-788.
- Ribeiro, M. A., Ferriani, M. G. C., & Reis, J. N. (2004) Violência sexual contra crianças e adolescentes: Caracterização relativas à vitimização nas relações familiares. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(2), 456-464.
- ROCHA, G. V. M. (2012) Comportamento Antissocial: psicoterapia para adolescentes infratores de Alto-risco. 1. Ed. Curitiba: Jurua Psicologia.
- Salvagni, E. P., & Wagner, M. B. (2006). Development of a questionnaire for the assessment of sexual abuse in children and estimation of its discriminant validity: A case- control study. *Jornal de Pediatria*, 82(6), 431-436.
- Sanabio-Heck, E. T. (2014). O lenhador: A pedofilia em uma visão analítico comportamental. Em A. K. C. Farias & M. R. Ribeiro (Orgs). *Skinner vai ao cinema* (pp. 193-211). Recuperado de http://www.walden4.com.br/livros4/pdf/iw4_skinnervai_ao_cinema_v1_2a_ed_2014.pdf
- Serafim, A. P., Saffi, F., Rignatti, S. P., Casoy, I., & Barros, D. M. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista de Psiquiatria Clínica*. 36(3), 105-111.

- Silveira, C. C., Del Prette, G., & Silveira, C. C. (2014). O self e comportamentos autodirigidos: Revisão de literatura de casos brasileiros em terapia Analítico-Comportamental Infantil. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *16*(3), 70-81.
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano* (J. C. Todorov e R. Azzi, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (2006). *Sobre o Behaviorismo*. (M. P. Villalobos, Trad.). São Paulo: Cultrix. (Originalmente publicado em 1974).
- Spradlin, J. E., Saunders, K. J., Williams, D. C., & Rea, J. A. (2003). Um analista do comportamento olha para tratamentos tradicionais de pedófilos e estupradores. *Temas em Psicologia*, *11*(1), 76-83.
- Williams, L. C. A. (2003). Introdução ao estudo do abuso sexual infantil e análise do fenômeno no município de São Carlos. Em L. C. A. Williams & E. A. C. Araújo (Orgs). *Prevenção do Abuso Sexual Infantil: Um enfoque interdisciplinar*. (pp. 21-40) Curitiba: Juruá.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Protocolo de Entrevista Semiestruturada

Protocolo de Entrevista Semiestruturada					
Nome (Iniciais):					
Idade:		Data de nascimento:			
Status de relacionamento atual:					
Status de relacionamento antes prisão:					
Filhos:					
Profissão:					
Quanto tempo preso?			Quanto tempo de sentença?		
Histórico criminal:					
Histórico Familiar criminal:					
Histórico de Problemas psiquiátricos:					
Histórico familiar de problemas psiquiátricos:					
Com qual frequência você utilizava as seguintes drogas, no período em que cometeu o(s) delito(s) de abuso sexual de menores ⁸	Nunca	1 ou 2 vezes	Mensalmente	Semanalmente	Diariamente ou quase todos os dias
Derivados do tabaco	0	3	4	5	6
Bebidas alcoólicas	0	3	4	5	6
Maconha	0	3	4	5	6
Cocaína, crack	0	3	4	5	6
Anfetaminas ou êxtase	0	3	4	5	6
Inalantes	0	3	4	5	6
Hipnóticos/ sedativos	0	3	4	5	6
Alucinógenos	0	3	4	5	6
Opióides	0	3	4	5	6
Outros, especificar:	0	3	4	5	6

⁸ NOMES POPULARES OU COMERCIAIS DAS DROGAS **a.** produtos do tabaco (cigarro, charuto, cachimbo, fumo de corda; **b.** bebidas alcóolicas (cerveja, vinho, champagne, licor, pinga uísque, vodca, vermouths, caninha, rum tequila, gin; **c.** maconha (baseado, erva, liamba, diamba, birra, fuminho, fumo, mato, bagulho, pango, manga-rosa, massa, haxixe, skank etc.; **d.** cocaína, crack (coca, pó, branquinha, nuvem, farinha, neve, pedra, cachimbo, brilho); **e.** estimulantes como anfetaminas (bolinhas, rebites, bifetamina, moderine, MDMA); **f.** inalantes (solventes, cola de sapateiro, tinta, esmalte, corretivo, verniz, tinner, clorofórmio, tolueno, gasolina, éter, lança perfume, cheirinho da loló); **g.** hipnóticos, sedativos (ansiolíticos, tranquilizantes, barbitúricos, fenobarbital, pentobarbital, benzodiazepínicos, diazepam; **h.** alucinógenos (LSD, chá-de-lírio, ácido, passaporte, mescalina, peiote, cacto); **i.** opiáceos (morfina, codeína, ópio, heroína elixir, metadona); **j.** outras. Teste de triagem do envolvimento com álcool, cigarro e outras substâncias.

Disponível

em

http://www.who.int/substance_abuse/activities/assist_portuguese.pdf

História de vida

- Onde nasceu?
- Problemas de saúde na infância?
- Com quem morava?
- Características (psicológicas) das pessoas com quem morava?
- Lembranças da infância (positivas e negativas)?
- Relação com as pessoas com quem morava na infância?
- Amizades da infância.
- Frequentou a escola? Como era? Se parou, quando?
- Problemas comportamentais na infância?
- Puberdade (considerada a idade dos 9 aos 14 anos):
- Onde vivia?
- Com quem morou?
- Problemas de saúde na puberdade?
- Com quem morava?
- Características das pessoas com quem morava?
- Lembranças da puberdade (positivas e negativas)?
- Relação com as pessoas com quem morava na puberdade?
- Amizades na puberdade?
- Problemas comportamentais na puberdade?
- Adolescência (considerada idade por volta dos 14 aos 18 anos):
- Onde vivia?
- Com quem morou?
- Problemas de saúde na adolescência?
- Com quem morava?

- Características das pessoas com quem morava?
- Lembranças da adolescência (Positivas e negativas)?
- Relação com as pessoas com quem morava na adolescência?
- Amizades na adolescência?
- Relacionamento sexual?
- Relacionamento amoroso?
- Com quantos anos começou a trabalhar?
- Problemas na adolescência?
- Idade adulta (quando o crime ocorreu):
- Família
- Trabalho
- Amigos
- Sente desejo por crianças? () Sim () Não
- Sente desejo por adolescentes? () Sim () Não
- Descreva o crime pelo qual foi condenado:
- Como conhecia a vítima?
- Qual era sua relação com ela?
- Você acreditava ser errado o que fez, na época?
- E hoje, como entende o ato?
- Definição de Mulher
- Definição de criança

APÊNDICE B - Termo de Confidencialidade e Sigilo

Eu **Ariadne Cristina Suzuki de Lima**, brasileira, solteira, estudante, CPF: **000.000.000-00**, abaixo firmado, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas informações técnicas e outras relacionadas ao projeto de pesquisa intitulado **“As contingências envolvidas no comportamento de abusar sexualmente de menores”**, a que tiver acesso nas dependências da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL).

Por este termo de confidencialidade e sigilo comprometo-me:

1. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;
3. A não apropriar-se para si ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso;
4. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas:

Informação Confidencial significará toda informação revelada através da apresentação da tecnologia, a respeito de, ou, associada com a Avaliação, sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios.

Informação Confidencial inclui, mas não se limita, à informação relativa às operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos de esquema industrial, patentes, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados da tecnologia supramencionada.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou mediante autorização escrita, concedida à minha pessoa pelas partes interessadas neste termo.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Londrina, 00/00/00

Ariadne Cristina Suzuki de Lima

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**“Levantamento das variáveis envolvidas no Comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes”**

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa “Levantamento das variáveis envolvidas no Comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes”, a ser realizada na “Penitenciária Estadual de Londrina”. O objetivo da pesquisa é “encontrar as possíveis variáveis envolvidas no comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes”. Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma de entrevista semiestruturada, na qual a pesquisadora fará algumas perguntas relacionadas à sua vida.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo o (a) senhor (a): recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa (ou para esta e futuras pesquisas) e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Esclarecemos ainda, que o(a) senhor(a) não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados são: bem estar psicológico relacionado à escuta terapêutica; obtenção de dados para desenvolvimento de prevenção e intervenção relacionadas ao abuso, bem como de quebra de tabus e quebra de visão estereotipada relacionada ao comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes,

Quanto aos riscos, o relato da sua história de vida, bem como do crime pelo qual foi condenado pode gerar sensações desagradáveis, e possíveis traumas psíquicos. A pesquisadora se responsabiliza por prestar os atendimentos necessários a fim de sanar esses problemas.

Caso o(a) senhor(a) tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar (Ariadne Cristina Suzuki de Lima, e-mail: pesquisamestrado@yahoo.com.br), ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC - Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao (à) senhor(a).

Londrina, _____ de _____ de 2015.

Pesquisador Responsável

RG: _____

_____,
tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa,
concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____